

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA Nº 1 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM ONZE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

-----No dia vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três, pelas 20.00 horas, dando cumprimento ao disposto no artigo vigésimo sétimo da Lei setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Porto de Mós, no Salão Paroquial de Santa Maria, sito na Avenida Santo António, em Arrimal, em sessão ordinária, devidamente convocada, e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

-----1. *Apreciação, discussão e votação das atas das sessões anteriores;*-----

-----2. *Outros assuntos de interesse para o Concelho.*-----

----- **ORDEM DE TRABALHOS:**-----

-----1. *Informações da Presidente da Assembleia Municipal; (para conhecimento)* -----

-----2. *Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2022 – (para conhecimento);*-----

-----3. *Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2022 – (para conhecimento);*-----

-----4. *Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2022 – (para conhecimento);*-----

-----5. *1ª Modificações aos Previsionais 2023-2027;*-----

-----5.1. *1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----5.2. *Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 (apreciação, discussão e votação);*-----

-----5.3. *1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023 (apreciação, discussão e votação);*-----

-----6. *Transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da Ação Social – Decreto-lei 55/2020, de 12 de agosto – Proposta de não-aceitação; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----7. *Pedido de autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para o concurso de aquisição de serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição RCD), da responsabilidade do Município e dos serviços de limpeza urbana do Concelho de Porto de Mós pelo período de 10 anos – Proposta; (apreciação, discussão e votação);*-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----8. *Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Ano 2022, 2023 e seguintes – (para conhecimento);*-----

-----9. *Proposta final de ARU+ORU de Porto de Mós e Corredoura e Relatório de Ponderação da Discussão Pública; (apreciação, discussão e votação);*-----

-----10. *Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. (apreciação).*-----

-----Estavam presentes na Mesa, a Presidente da Assembleia, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, o Primeiro Secretário, António José Jesus Ferreira e a Segunda Secretária, Cristiana Ferreira do Rosário. -----

-----Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros da Assembleia Municipal: Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo (PS), José Gabriel Pires Vala (PSD), Rita Isabel Santos Miguel (PS), Olga Cristina Fino Silvestre (PSD), Gonçalo da Silva Carvalho Pires (PS), Cristina Maria Braz (PS), Luís Manuel Coelho de Almeida (PSD), Isa Filipa Ferreira Vala (PSD), Pedro Lavado Gomes Vieira (PS), Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS), Ana Cristina dos Santos Vilaverde Carneiro (PSD), Sandra Marisa Ferreira de Sousa (n/inscrita), Liliana Carvalho Pereira (PS), Félix Correia dos Reis (PSD), Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS), Dulce Maria Amado Custódio (PSD). -----

-----Estiveram também presentes, para além dos já mencionados membros da Assembleia Municipal, os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia: Alcides Manuel Lopes de Oliveira (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire; Carlos Manuel Amado Cordeiro (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso; Filipe da Conceição Batista (JFAS) Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra; Manuel de Freitas Barroso (PS) Presidente da Junta de Freguesia de Porto de Mós – S. João Baptista e S. Pedro; Luís António Gomes da Silva (PSD) Presidente da Junta de Freguesia de Calvaria de Cima; Artur Jorge Cordeiro Louceiro (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Juncal; Pedro Miguel Moleano Pragosa (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Pedreiras; Luís Miguel Louro Ferraria, Presidente da Junta de Freguesia de S. Bento (PS), Francisco Nogueira Baptista (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga.-----

-----A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Jorge Couto Vala, estando ainda presentes os Vereadores, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Marco Paulo Barbosa Lopes, Sofia Margarida Amado Pereira Caetano e Rui Fernando Correia Marto, bem como o Chefe da Divisão Financeira, Recursos Humanos e Gestão Administrativa, Rogério Nunes. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Faltaram à sessão, Júlio João Carreira Vieira (PSD), que foi substituído por Nuno Dinis da Silva Salgueiro (PSD), João Guilherme Cerejo Santos Costa (PSD) que foi substituído por Dora Cristina Pereira Jorge (PSD), bem como o Vereador Paulo Jorge Nobre Pereira, que pediu a justificação da falta e a Vereadora Telma Cruz que justificou a sua falta por estar a participar numa iniciativa no âmbito do PIICIE e ainda a senhora Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alcaria e Alvados, Sandra Maria da Silva Martins que foi substituída pelo Secretário daquela Junta de Freguesia, Pedro Varatojo. -----

-----Foram consideradas justificadas pela mesa da Assembleia as faltas dos membros supracitados, face à sua solicitação. -----

-----A prestar apoio à Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 26º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, encontrava-se a Assistente Técnica Maria Alina Santos Areias.-----

-----Às vinte horas e dez minutos, constatada a existência de quórum, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. *“Eu começo por cumprimentar o senhor Presidente da freguesia de Arrimal e Mendiga, agradecendo o acolhimento e a total disponibilidade para a realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Porto de Mós, do mês de fevereiro. Em seu nome, cumprimento esta freguesia. É para nós, e para mim, em particular, uma honra e um prazer estar aqui convosco, nesta União de Freguesias, presidindo esta Assembleia, a primeira vez, que num período de democracia de 44 anos, se realiza, uma Assembleia Municipal nesta comunidade. Todos sabem o carinho que tenho pelas freguesias da zona serrana, por isso é para mim, um orgulho estar aqui. Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, o senhor Vice Presidente, os senhores e as senhoras vereadoras, senhores e senhoras deputadas, senhoras líderes de bancada, e a senhora deputada não inscrita Sandra Sousa, senhores Presidentes de Junta, colaboradoras técnicas, ilustre Mesa da Assembleia Municipal, um cumprimento ao Dr. Rogério e ao Dr. Pedro Vala, comunicação social, um cumprimento ao público aqui presente, muito obrigada pela vossa presença, e um cumprimento a todos os que nos estão a ouvir pelas redes sociais do município. Agradeço a todos a vossa presença. Dando cumprimento ao compromisso eleitoral de realizar sessões da Assembleia Municipal nas freguesias do concelho, com o objetivo de nos aproximarmos dos cidadãos, e de envolver as pessoas nas grandes linhas da política municipal e de dar voz às populações, esta é a primeira Assembleia Municipal realizada fora da sede do concelho, pós COVID. Antes do COVID já tínhamos realizado outras Assembleias Municipais descentralizadas. Vamos assim dar início à sessão ordinária da sessão da Assembleia Municipal do mês de fevereiro, de 2023. Desejo a todos uma boa sessão, esperando que seja uma Assembleia Municipal na defesa dos interesses próprios da população do concelho de Porto de*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Mós, no quadro das atribuições do Município e no uso das competências definidas por lei. Esta Assembleia Municipal irá ser transmitida on-line pelas redes sociais do Município. Quem usar da palavra e não permita ser filmado, faça o favor de o dizer, para que tal não aconteça. Antes de dar início às intervenções, quero informar o seguinte: o senhor deputado Rui Neves, enviou por escrito, à senhora Presidente da Assembleia Municipal, um e-mail, no dia 9 de fevereiro de 2023, onde solicitava a exoneração do cargo. Refere o seguinte, cito, "Exma Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós, nos termos da Lei, solicito a V. Ex^a. a minha exoneração do cargo, para o qual fui eleito nas eleições autárquicas de 2021. Com os melhores cumprimentos, Rui Neves." O mandato dos membros da Assembleia Municipal, inicia-se com o ato de instalação e de verificação de poderes, e cessa com a instalação da nova Assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação de funções. De acordo com a lei, devem os eleitos solicitar a suspensão do respetivo mandato ou a renúncia ao mandato, mediante a manifestação da vontade apresentada, neste caso, à Presidente da Assembleia Municipal. Foi o que o deputado Rui Neves fez. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida, cabe à Assembleia Municipal. Deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação da renúncia, ou seja, nesta. Neste caso houve apenas um pedido de renúncia sem justificação do mesmo. Mesmo não havendo justificação o membro tem o direito de pedir, pelo que será dada a sua exoneração. Sobre este assunto questiono se há alguma questão. Não havendo, apenas lamentamos esta renúncia de um membro que consideramos importante para a defesa da democracia local. Agradeço ao ex-deputado Rui Neves, toda a colaboração dada nesta Assembleia, desejando-lhe as maiores felicidades. Neste sentido, e de acordo com a lei, foi convocado o membro substituto para fazer parte já desta Assembleia Municipal, como membro integrante, sendo a vaga preenchida pelo cidadão imediatamente a seguir, do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga, neste caso foi Rita Isabel Santos Miguel, a quem chamo a mim, para tomar posse. Eu vou ler os termos da Posse:---

----- TOMADA DE POSSE -----

-----Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três na União das Freguesias de Arrimal e Mendiga do concelho de Porto de Mós, e no Salão Paroquial de Santa Maria, na localidade de Arrimal, onde eu, Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós me encontrava, compareceu, para, de conformidade com o disposto nos números três e quatro do artigo setenta e seis da Lei numero cento e sessenta e nove de dezoito de setembro de mil novecentos e noventa e nove, na redação introduzida pela Lei numero cinco barra A de onze de janeiro de dois mil e dois, se proceder à tomada de posse da cidadã abaixo identificada:-----

-----**Rita Isabel Santos Miguel (PS) (CC 10660459)**-----

por se tratar da seguinte na lista de candidatos apresentada pelo Partido Socialista ao ato eleitoral realizado no dia vinte e seis de setembro de dois mil e vinte e um e face à renúncia ao mandato apresentada pelo membro desta Assembleia Municipal, Rui Augusto Marques da Silva Pereira Neves

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(PS).-----
-----Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita, a senhora Doutora Maria Clarisse Carvalho Martins Louro, Presidente da Assembleia Municipal de Porto de Mós declarou-a investida nas suas funções e com ela vai assinar o presente documento, que ficará anexo à ata da sessão ordinária desta Assembleia, de vinte e três de fevereiro de dois mil e vinte e três."-----

-----A senhora Presidente da Assembleia passou depois a informar das faltas e substituições efetuadas e que constam supra.-----

-----Terminou agradecendo a todos que colaboraram para que esta sessão da Assembleia Municipal fosse possível neste local, com especial ênfase, ao senhor Padre Leonel, que disponibilizou prontamente este espaço.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:**-----

-----Havendo público presente na sala, a senhora Presidente da Assembleia Municipal perguntou se alguém se queria inscrever para intervir. -----

-----**Francisco Nogueira Baptista (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga – PSD):**-----

-----"Muito boa noite a todos. Decidi falar no início, porque como sou o Presidente da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, e como estamos no Arrimal, achei que devia ser o primeiro, depois da nossa querida Presidente da Assembleia. Um cumprimento a todos na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, e às pessoas que estão a acompanhar pelas redes sociais. Agradecer também às pessoas do público que estão presentes. Só duas palavras. É com muito orgulho que recebo aqui a Assembleia Municipal de Porto de Mós, sendo um gosto enorme que seja na terra que me viu nascer. Agradecer também às pessoas que estão presentes. Vejo que estão presentes muitos elementos da Assembleia de freguesia, também da Comissão da Igreja, também temos o Presidente do Rancho, o Presidente da Associação, pessoas que fazem parte da labuta desta terra. Um obrigado a todos e até já."-----

-----**António Carreira:**-----

-----"Boa noite senhora Presidente, e em seu nome, permita-me cumprimentar o executivo da Câmara, os Vereadores, os Deputados e o público aqui presente bem como a nossa Assembleia. É com todo o gosto, e o nosso Presidente da União de freguesias já o mencionou, que recebemos aqui, numa das nossas terras, que é o Arrimal, que faz parte da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, é com todo o gosto que os recebemos aqui, espero que gostem de estar aqui

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este bocadinho durante esta noite. Tenho aqui dois ou três pontos. Um deles, agradecer o contributo que tem dado perante todas as associações da União de Freguesias, nomeadamente este edifício para o qual contribuiu e agradecemos, que nos dignifica e que nos ajuda também a que a população possa estar aqui uns bocados, nomeadamente nas festas. Agradecer também os apoios que dá também às outras instituições, nomeadamente os Ranchos, as Associações Culturais e Desportivas. Neste seguimento das Associações, como sabe, muitas delas ainda têm a cobertura em fibrocimento, amianto pedindo que contribua e que nos ajude a resolver este problema quanto antes, porque ainda são uma série delas aqui na nossa União de Freguesias. Mais uma solicitação, há bocado estava para desligar o telemóvel, mas aqui não é necessário, porque como sabe, coberturas GSM... Agradecemos o esforço que foi feito para termos fibra, nomeadamente na parte do teletrabalho e do ensino à distância, ajudou-nos imenso, mas agora se quisermos ligar para casa da mãe, ou dum familiar, temos que esperar que ele chegue àquela zona onde é possível. E hoje podem estar descansados que o telefone não toca aqui, não precisa de estar em silêncio. Sei que está a desenvolver, nomeadamente para o Alqueidão da Serra, cobertura de fibra, se puder fazer um reforço na parte GSM, para podermos contactar com as pessoas nas suas casas, por telefone, era um pedido que deixava aqui. Outro assunto, fiz uma consulta rápida à Constituição da República, sobre a parte da Saúde. Apareceu o artigo 64º, que diz três coisas que na nossa União de Freguesias não se aplica: todos têm direito à proteção de saúde e o dever de a defender e de a promover. Nós temos dois centros de Saúde, um na Mendiga e outro no Arrimal. As condições são o que são. Será que são boas, será que são más? Não dá para perceber porque não temos médico. Este é um ponto que se deve ter em atenção, porque a população do Arrimal e da Mendiga, neste momento, estamos apenas a ter um receituário, que já é de há dois anos, e que estará eventualmente desatualizado, porque as pessoas há anos que não fazem exames complementares de diagnóstico. É um tema antigo, mas era só para não cair no esquecimento, porque isto está na Constituição da República e se calhar se puséssemos uma ação ao Estado, iríamos ganhar, porque este é um direito que nós temos e neste momento, não nos está a ser conferido. Obrigado."-----

-----**Michel:**-----

-----Muito boa noite a todos. Boa noite senhor Presidente, boa noite senhores Vereadores, boa noite a todo o público aqui presente. Eu vou ser muito breve, até porque a pessoa que interveio antes de mim, tocou em dois pontos essenciais de que eu queria falar. De qualquer maneira, eu tenho mais alguns. Vou ser rápido. Um deles, e porque muitas vezes o senhor Presidente me pergunta se a pressão da água está boa ou não está. Eu quero dizer-lhe que, hoje a pressão da água está boa, mas tem uma flutuação de três, vai de quatro e meio, um e meio, quatro e meio. Depende das horas de ponta e então ao sábado e domingo, é uma vergonha. Isto, porquê? Simples. Porque só na Bemposta, puseram aproximadamente dez contadores. Portanto, são mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dez pessoas a utilizar água. Com o ramal existente, antigo, com dez contadores a mais, abre no primeiro, no segundo, no terceiro e o ultimo, coitadinho, só tem gotas. Esse é um dos problemas que eu queria focar. Mas quero frisar uma coisa. Não é calcário lá dentro. Porque se fosse calcário, a pressão não tinha variação. Esse é o ponto numero um, e agradecia que vissem, estudassem o assunto corretamente, aliás, há muito tempo que eu falo de problemas de água e pelos vistos foram resolvidos quando o senhor Presidente chegou. O número dois, é efetivamente a rede telefónica. Não há rede. Agradecia que efetivamente isso fosse visto e que fizessem o que fosse possível. E o ponto três, bem sei que não depende da Câmara, mas a Câmara pode fazer certas coisas, depende do Ministério da Saúde, e infelizmente, isso está tudo muito mau, hoje. Está mal, mas podemos colmatar esse mal. E eu acho inadmissível, o Centro de Saúde de Porto de Mós e da Mendiga, que têm uma funcionária que está de baixa, e enfim, uma pessoa ia lá, e ela marcava para o médico em Porto de Mós, três consultas por dia, o que já era muito bom, e isso agora não existe e uma pessoa tem de ir a Porto de Mós. E francamente, ir a Porto de Mós, estar lá às cinco da manhã, ao vento, à chuva, no frio, e ver pessoas idosas cá fora do Centro de Saúde, sem condições, isso é inadmissível. Portanto eu acho que deveria, pronto, nesta fase transitória, enquanto não houver médico, se algum dia houver médico, mas enquanto estivermos nesta fase péssima e transitória, acho que deveriam ver com o Centro de Saúde, que se organizem um pouco, pelo menos para as pessoas de Porto de Mós, terem a atenção de receberem os doentes, lá, ponham uma tenda, ponham uma coisa qualquer, mas não as deixem ali às cinco ou seis da manhã, no frio e na intempérie. Sobretudo pessoas idosas. Agradecia, se fosse possível, que visse pelo menos com o Centro de Saúde, nesta fase má, se podem, pelo menos, arranjar condições mais humanas para os cidadãos que estão doentes. Obrigado".-----

-----Não havendo mais publico para intervir, passou a responder aos anteriores intervenientes o senhor Presidente da Câmara.-----

-----"Muito boa noite a todas e a todos. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal, a restante Mesa, os senhores Vereadores, os senhores Deputados eleitos, os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, os restantes autarcas aqui presentes, em particular os autarcas da união das Freguesias de Arrimal e Mendiga, que como é habitual, tão bem nos recebem mais uma vez, o publico em geral, a comunicação social, os colaboradores do Município, boa noite a todos. Queria uma vez mais agradecer à Comissão da Igreja do Arrimal a simpática disponibilidade para podermos fruir deste espaço, um espaço recente e que ainda não estando concluído, já está bastante agradável para receber esta Assembleia Municipal. Por isso, queria felicitar na pessoa do Padre Leonel esta obra, que efetivamente o Município apoiou, mas apoiou dentro de um espirito de colaboração que temos para com o movimento associativo do concelho, mas sobretudo com um espirito de serviço, de sermos colaborativos com aqueles que despendem do seu tempo para socialmente abraçarem causas. E este é efetivamente uma causa que foi evoluindo e hoje temos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui um espaço com esta dignidade que eu quero felicitar. Sobre as questões que me foram colocadas, de uma forma mais ou menos abrangente, queria dizer que temos em curso um regulamento para retirar a cobertura de fibrocimento. Já assumimos que por razões financeiras que teve que ver sobretudo com o exponencial aumento e com as dificuldades de dar resposta a algumas das rubricas e ambições que tínhamos, não está ainda concluído, irá ficar concluído e nós iremos com certeza avançar para os apoios necessários à substituição do fibrocimento. Sobre a questão da cobertura da rede móvel, é um pouco diferente da questão da Saúde, porque esta também não sendo da nossa responsabilidade, é para quem, como eu, acha que o Estado devia ser só um, mesmo não sendo uma área descentralizada, onde nós, mesmo que fosse descentralizada, não teríamos qualquer tipo de intervenção, mesmo assim, é uma área que nos preocupa muito, até porque, eu tenho dito, e temo-lo referido sistematicamente, que a partir do momento em que há um município do nosso concelho que tem um problema, esse problema, inegavelmente, transfere-se para nós. Este é um problema efetivo, é um problema muito preocupante, temos neste momento, mais de seis mil utentes sem médico de família na USP de Porto de Mós, e com alguma frequência, vamos tentando saber pontos de situação e tentando evoluir também na forma como abordamos o tema. Dizer-vos que no passado dia 15 de fevereiro, tivemos uma reunião com a Dr^a Ana Henriques, que é a nova coordenadora da USP de Porto de Mós, em conjunto com o coordenador do ACES Pinhal Litoral, Enfermeiro Marco, para fazer o ponto da situação da Saúde no concelho e em particular, nas Extensões de Saúde de Arrimal e de Mendiga, bem como, a sistemática falta de cobertura de cuidados primários de saúde no Alqueidão da Serra e também em Mira de Aire. Tem associado aqui também a questão do serviço que é prestado em Serro Ventoso para a população idosa e uma população com dificuldades de mobilidade em S. Bento. Este assunto foi abordado e para começar a conversa convosco, dizer-vos que uma das primeiras coisas que me foi dita, é que até final do ano, isto vai piorar. E portanto, a reunião começou mais ou menos assim. Temos três médicas que rescindiram com o Serviço Nacional de Saúde, uma delas, a daqui. Já estava de baixa há mais de um ano, e portanto rescindiu. A Dr^a Ângela rescindiu, neste momento o Dr. Pedro, de Alqueidão da Serra, está com redução de horário, está a prestar serviço com menos frequência, e portanto, quando temos cerca de seis mil utentes sem médicos de família, pedimos respostas aos responsáveis e os responsáveis dizem-nos que a resposta que há, é a consulta de intersubstituição, mas só podem fazer doze por dia, no máximo, temos aqui, uma preocupação acrescida. Nós questionámos, que pelo menos, a Extensão de Saúde ou do Arrimal, ou as duas pudessem abrir diariamente. A funcionária está de baixa, e pelo facto de não ter assistente administrativo, o enfermeiro também deixou de vir. Portanto a Extensão de Saúde encerrou, e este encerramento, deixa-nos naturalmente preocupados, até porque foi implementado um sistema no Centro de Saúde sede, em Porto de Mós, para que as pessoas não tenham que ir para lá às cinco da manhã, como disse o António e como disse o Michel. As pessoas marcariam aqui a sua consulta e saberiam quando é que tinham a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consulta de intersubstituição. Ora a assistente administrativa está de baixa, e estando de baixa, o enfermeiro deixou de vir. O que acontece, é que nós, mais uma vez, voltámos a dizer aos responsáveis da Saúde, que estamos disponíveis para fazer parte da solução. Estamos disponíveis para ceder assistente administrativo, para fazer face a esta questão da ausência prolongada da assistente aqui do Arrimal, e poder eventualmente, manter, em conjunto com o enfermeiro, o espaço aberto. Mandámos uma carta para a qual não recebemos resposta, embora saibamos mais ou menos qual é a resposta, exatamente na sequência da nossa reunião, e eu leio rapidamente:" Na nossa reunião sobre a ausência de médicos na USP de Porto de Mós, nomeadamente em Arrimal e Mendiga, que está desde dezembro de 2021, sem médico de família, e mais recentemente, há mais de dois meses, sem assistente administrativa, levando assim ao encerramento da Extensão de Saúde, serve o presente, para apresentar a disponibilidade do Município de Porto de Mós, na cedência temporária de uma pessoa, do quadro de pessoal do Município, com qualificações para desempenhar as funções de assistente administrativa, evitando assim o encerramento das instalações e promovendo a colocação de um médico como abordado na própria reunião. Relembramos a necessidade urgente de apresentar uma solução no sentido de garantir os cuidados primários de saúde, uma vez que se trata de uma população envelhecida, com fraca mobilidade, acrescentando-se o facto de, a resposta que existe na sede, em Porto de Mós, estar a ser insuficiente, tendo mesmo relatos de pessoas que chegam de madrugada ao Centro de Saúde de Porto de Mós, e já não conseguem consulta. Certos que com trabalho em parceria faremos mais e melhor em prol da população, no sentido de responder às suas necessidades, aguardamos uma resposta com a maior brevidade possível." Este foi o e-mail que enviámos na passada segunda feira, a reunião tinha sido na quarta, dia 15, e entendemos que devemos pelo menos mostrar esta disponibilidade, têm que nos dizer que não aceitam a nossa disponibilidade, não têm razão para não a aceitar, da mesma forma que não conseguimos compreender, como é que o Centro de Saúde de Mira de Aire tem dois tarefeiros, que estão a ser pagos à hora pelo Serviço Nacional de Saúde, para dar cobertura a um ficheiro, e o ACES Pinhal Litoral não consegue fazer deslocar um destes tarefeiros para a Extensão de Arrimal ou da Mendiga, ou para as duas. Não conseguimos compreender isto e desta forma, alterar aqui, aquilo que foi dito e muito bem, o receituário atualizado, as análises normais que são necessárias e sobretudo, dar uma resposta mínima a um ficheiro que tem, cerca de mil e setecentos utentes, mas com unidades ponderadas, tendo em conta a idade, passa os dois mil e quinhentos e portanto estamos aqui fora já do limite de um só ficheiro. Portanto, temos aqui matéria para continuar a lutar, nós não desistimos, não somos de desistir, reconheço muita dificuldade para podermos dar resposta efetiva, áquilo que é a pretensão das pessoas, o cumprimento daquilo que são as regras impostas pela Constituição e que, infelizmente, neste caso, o artigo 64º, não está na sua plenitude a ser cumprido, pelo menos aqui nesta freguesia, porque poderia ser cumprido se pudéssemos estar a dizer aqui, hoje, que havia uma resposta capaz no Centro de Saúde de Porto de Mós, para esta população. Mas nem isso há

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

infelizmente. E portanto é uma preocupação com a qual vamos continuar a debater-nos, vamos continuar a lutar, tal como o temos feito em conjunto com a equipa da União de Freguesia, em conjunto com a senhora Presidente da Assembleia Municipal, a senhora Secretária, que também está ligada à área da Saúde, temos feito aqui um esforço imenso no sentido de podermos alterar o estado de coisas, que infelizmente no nosso concelho, de há cinco anos para cá, temos tido sistemáticas lutas e também muitas situações em que a promessa não passou daí, e aquilo que era mais importante para as populações não se concretizou, infelizmente.-----

-----PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :-----

-----1. **Apreciação, discussão e votação da ata da sessão anterior:**-----

-----Seguidamente a senhora Presidente colocou a votação a **ata nº 6 de 2022**, realizada em dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com duas abstenções**.-----

-----2. **Outros assuntos de interesse para o Concelho:**-----

-----A senhora Presidente da Assembleia, passou depois a dizer que iria dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, a seu pedido, para falar sobre um assunto que também considera interessante, e que tem a ver com o novo quadro comunitário, que falará sobre o ponto de situação no ano de 2020 e apresentação do programa regional Centro 2030 e os projetos para o Município de Porto de Mós.-----

-----Passou a usar da palavra o senhor Presidente da Câmara:-----

-----"Quería em primeiro lugar dar aqui uma nota, sobre a questão da apresentação ser hoje, e assim. Efetivamente, eu recebi hoje a informação. Hoje de manhã fiz uma abordagem junto dos senhores vereadores, sem ter a apresentação feita. Recebemos os elementos. Durante a tarde, fizemos esta apresentação. Achámos que era oportuno, os senhores deputados terem conhecimento dela, num primeiro momento. Estamos aqui já em fase final de concertação do pacto 2030, e portanto faz todo o sentido em nossa opinião, podermos tratar deste assunto aqui hoje, ao jeito de apresentação. Naturalmente os valores que aqui estão, são valores que podem ter alguns ajustes, algumas alterações. Nós calculamos que não. Estamos na fase final de negociação com a CCDR, e portanto achamos que os valores que aqui estão, podem ser muito próximos daqueles que serão valores finais. Vamos falar do ponto de situação do Centro 2020, da apresentação do programa regional do Centro e também projetos do Município de Porto de Mós, que são estes que mais nos interessam. Sobre o ponto de situação do 2020, aquilo que é o objetivo é naturalmente, que possamos atingir a 31 de dezembro de 2023, os 100%, ou seja, chegarmos ao final do quadro, e podermos dizer que não tivemos que devolver dinheiro à União Europeia. Para isso, é necessário aqui um esforço muito grande, sobretudo daqueles que estão mais distantes do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cumprimento, e sobretudo daqueles que, eventualmente, ainda têm as obras em curso e que se preveem terminar até final do ano. Temos aqui, como se pode ver, necessidade de executar quatrocentos e vinte e dois milhões de euros em todo o centro, são cem municípios, até final do ano. Já foram executados, de fundos, dois mil cento e cinquenta e cinco milhões de euros, valor muito significativo, e para isso, para se cumprir, temos que executar 35,2 milhões de euros, por mês, em 2023. Esta é a evolução da taxa de compromisso e da taxa de execução do 2020, e depois temos aqui os investimentos em termos de regiões, onde a região de Leiria, tem efetivamente, tido um comportamento bastante aceitável, nomeadamente ao nível dos investimentos municipais – tem neste momento 75% apresenta uma execução dos pactos dos municípios, de 74%. Relativamente aos municípios, temos o Município de Porto de Mós com 86,1%, em linha com a maioria, estando todos com obras em curso. Porto de Mós não é exceção e para terem conhecimento, temos apenas um milhão de euros para executar, e deste milhão de euros para executar, ainda falta concluir a ALE de Porto de Mós, que vai ficar concluída em maio de 2023, esta fase, mas ainda temos em concurso um projeto de património natural que também ainda não está totalmente concluído, e portanto haverá mais alguns. Nós recentemente incluímos num pacto da CIM, que não era municipal, uma obra que inicialmente não estava prevista, foi uma conquista, foi o financiamento de 85% do Miradouro do Chão das Pias. Há aqui um conjunto de obras que ainda podem entrar neste pacto, no 2020, e que se assim for, poderemos inclusive ultrapassar este milhão de euros que aqui está e ter uma taxa de execução acima de 100%. O 2020 teve um pacto, um mapeamento no início, de cerca de 4,9 milhões de euros. Estes 4,9 milhões de euros, até 31 de dezembro de 2022, transformaram-se, como aí está referido, em sete milhões oitocentos e oito, portanto houve aqui um acréscimo de cerca de 2,9 milhões de euros, que foram resultado de candidaturas, algumas em overbooking, outras de reforços de financiamento, que inicialmente não estavam previstos, como é o caso da Central das Artes, como é o caso do Centro de Saúde das Pedreiras, que foi em overbooking, da unidade móvel de saúde, que não estava previsto, da própria ALE de Porto de Mós, que tem um incremento aqui, de quase um milhão de euros a mais do que inicialmente estava previsto, como disse, o miradouro de Chão das Pias e também de candidaturas novas, o Castelo mais inclusivo, e esta candidatura de património natural que estava inicialmente mapeada com duzentos e cinquenta mil euros, e que depois foi reforçada para mais trezentos mil. Ou seja, nós temos aqui um incremento com algum significado, que serve de referência para o próximo quadro comunitário de apoio, para o 2030, para esta negociação. O Centro 2030, tem uma estratégia definida. Esta estratégia foi muito discutida, foi concertada através da revisitação, num primeiro momento, da estratégia regional de especialização inteligente do centro. Teve aqui a participação, como está aí referido, de quatrocentas reuniões, cento e trinta entidades envolvidas, mais de cento e sessenta contributos, e as próprias CIM's realizaram reuniões de trabalho entre elas, no sentido de podermos dar contributos para que a estratégia fosse ao encontro daquilo que são, quer os constrangimentos, quer também os desafios e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobretudo que os desafios tenham respostas através deste bolo de fundos comunitários. O programa foi desenhado como aqui está. Portugal vai receber cerca de vinte e três mil milhões de euros, distribuídos por cinco fundos: 11,5 mil milhões de FEDER, mais 7,8 mil milhões, de Fundo Social Europeu, depois o Fundo de Coesão, 3,1 mil milhões de euros, 200 milhões de euros do FTJ, é um fundo para a transição justa, e depois para o FEAMPA, 400 milhões de euros. O acordo de parceria das prioridades europeias foi definido também, com o país, sendo que toda esta estratégia teve de ser transportada para a realidade regional e adaptada àquilo que é a realidade de cada um dos municípios, mas sobretudo, também as necessidades mais urgentes. Dizer-vos que este pacto, este 2030, tem aqui já aqui associado um princípio que nós temos que começar a entender que vai ser o futuro – nós vamos deixar de ter participações comunitárias para apoiar infraestruturas, para apoiar tudo o que se possa imaginar, que tenha que ver com betão, que tenha que ver com construção. No futuro, vamos ter a qualificação dos recursos humanos, vamos ter a questão da inteligência artificial, vamos ter muita coisa ligada à desmaterialização, vamos ter muita coisa ligada ao ID, vamos ter muita coisa ligada ao ambiente, e portanto, nós temos que canalizar o nosso esforço para o passo seguinte e não podemos continuar fixados naquilo que era o passado, pese embora, tenhamos todos a consciência de que ainda há muito para fazer aquilo que ficou por fazer, e o País tem muita coisa que ficou por fazer, infelizmente. Veja-se a cobertura nacional em termos de saneamento básico, com exceção dos grandes centros urbanos, ainda continuamos a ter muitos núcleos em que as condutas de água são insuficientes, estão envelhecidas, a qualidade é fraca, muitos municípios têm coberturas muito pouco significativas ao nível de saneamento básico, e portanto, estas são preocupações nossas, mas deixaram de ser preocupações da Europa, e nós temos de ter essa consciência. Vamos ter que ter essa consciência, mesmo em termos de definição dos objetivos que temos. O programa para a região centro, tem 2 mil cento e setenta e dois milhões de euros e portanto, estes, são divididos em cinco eixos principais e mais um, que é o Plano Territorial para uma transição justa de médio Tejo, que tem que ver com o apoio a uma população, sendo um compromisso da União Europeia, pelo facto de termos encerrado a central termoelétrica do Pego. Aqui é aplicação de um fundo, diretamente para aquele território, que sai ainda da região centro, pese embora os municípios, não estejam em termos de organização, no centro, mas em termos de fundos comunitários, é no centro que estão até ao próximo quadro comunitário. No quadro comunitário seguinte, foi criada uma ITI, uma nova NUT para aquela região, que fica agarrada a Lisboa e Vale do Tejo, mas tem uma ITI própria que preenche o oeste, preenche também os municípios da Lezíria do Tejo e Ribatejo Norte. A programação financeira é esta. Os 2,1 mil milhões de euros estão distribuídos desta forma. Há aqui uma parte significativa que não vem para mapeamento dos municípios, o mapeamento dos municípios não chega a mil milhões deste bolo, e portanto, vamos ter em cima da mesa, aqui um conjunto de eixos que vão dar resposta também a um conjunto de ambições que temos. Vinte e oito milhões de euros e trezentos e setenta e um milhões de euros são para contratualizar com os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municípios, onde vamos incluir aqui um conjunto de projetos intermunicipais, que são transversais aos dez municípios da Região de Leiria e que são nomeadamente a ciber segurança, a questão da Leiria Região Digital, segunda fase, a sensorização, sobretudo da parte da eletricidade e a sua otimização e também um data center novo para a Região de Leiria. O Centro Mais Verde, tem aqui um conjunto de objetivos que vão ser contratualizados com a CIM, seiscentos e sessenta e três milhões de euros, a grande maioria é para ser contratualizada com a CIM, e aqui, nós vamos ter algumas eco ciclovias que são estratégicas para a região, as outras entram mais à frente, naquilo que é o bolo municipal, sobretudo as urbanas, o municipal só pode ir às urbanas, estas aqui são classificadas de interesse intermunicipal, e refiro por exemplo, aquela que estamos a tentar mapear, que é um investimento muito significativo e que é a eco ciclovias do Lena e do Liz, até à foz, na Vieira de Leiria. Temos o estudo elaborado e se houver financiamento, esta eco ciclovias avançará. Temos que fazer todos a revisão do PAMUS. O PAMUS é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável. Ele tem de ser revisto, até porque nós vamos introduzir aqui algumas alterações ao nosso PAMUS, e portanto vamos ter que o ter revisto para poder depois apresentar estas candidaturas. Temos aqui cento e cinco milhões de euros para a requalificação da linha do oeste e também da linha do Vouga, sessenta e seis milhões para a linha do oeste e trinta e nove milhões para a linha do Vouga. Depois temos a medida quatro, o Centro Social Mais Inclusivo, trezentos e dez milhões de euros. O município de Porto de Mós tem mapeado a Capela de S. Jorge, como monumento nacional em primeira prioridade e a reabilitação da Igreja Velha do Arrimal em segunda prioridade, também através da Direção Regional de Cultura do Centro. Isto é um mapeamento regional, um bolo regional, onde iremos tentar ir buscar estes apoios, através desta vertente. A terceira fase do PIICIE vai avançar, até tendo em conta o bem-sucedido projeto, e portanto vamos continuar a avançar com o PIICIE, em termos de comunidade inter-regional. Projetos 2030 para Porto de Mós, dizer que no primeiro ponto de instrumentos territoriais, nós temos aqui para mapear o Espaço Cidadão nas freguesias, a digitalização e toda a parte de modernização administrativa, a desmaterialização do município, temos o espaço coworking em Mira de Aire, e depois temos, como complementar ao PRR do Centro Tecnológico em Recursos Minerais, uma intervenção de requalificação na Escola Manuel Oliveira Perpétua, que vai passar por duas fases: vai passar por uma de eficiência energética e vai passar por outra de requalificação interior. Não está aqui identificado o Centro de apoio empresarial, na ALE de Porto de Mós, a segunda fase da ALE de Porto de Mós e a segunda fase de Mira de Aire, porque o objeto do aviso é enquadrado nos projetos intermunicipais. Nós já mapeamos para a CIM Região de Leiria a nossa pretensão, ela vai ser criteriosamente definida em termos de prioridades e nós calculamos, tendo em conta até a procura, em Porto de Mós que será a primeira prioridade, tendo em conta a necessidade, também o poderá ser em Mira de Aire. Nos instrumentos territoriais, nós temos um milhão de euros para a parte de eficiência energética, num conjunto de edifícios, nas piscinas, nos pavilhões, mas também noutros edifícios municipais. Estamos a fazer um estudo para colocar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também nas centrais das águas, e como disse, na Manuel Oliveira Perpétua. Em conjunto com a comunidade intermunicipal, vamos desenvolver um conjunto de projetos que são transversais também aos dez municípios, no âmbito da adaptação às alterações climáticas e prevenção dos riscos de catástrofe e resiliência, um projeto que será feito a partir do projeto macro da região e depois todos os municípios vão integrar neste projeto macro, as adaptações municipais. Relativamente aos instrumentos territoriais, temos 6,4 milhões de euros, é um valor muito significativo para saneamento, essencialmente. O Município de Porto de Mós tem um equipamento de telegestão envelhecido, que funciona mal, não tem cobertura de toda a rede e portanto nós estamos a trabalhar no processo de digitalização e identificação de toda a rede, no sentido de a ficarmos a conhecer digitalmente. Esta rede, depois será incorporada num processo de telegestão para uma candidatura que vamos fazer. Incluímos aqui o saneamento da Cumeira/Cruz da Léguas/Moitalina e o saneamento de Mira de Aire, terceira fase. Como disse, são cerca de 6,4 milhões de euros que estão previstos e portanto, temos ainda aqui um projeto inovador de transição para a economia circular com a eficiente utilização da água nas regas dos nossos jardins municipais. Para além disso, fizemos uma candidatura à reabilitação da antiga pedreira da Ricel. Como sabem, temos um protocolo com o ICNF e com a Junta de Freguesia de Porto de Mós. Este protocolo está a ser desenvolvido, vais ser assinado entretanto, e daqui vai decorrer uma candidatura para podermos avançar para a parte de projeto e requalificação, apoiado por fundos do 2030. O Porto de Mós Mais Próximo, três milhões e meio de euros, ciclovia de S. Jorge até Porto de Mós. A primeira fase será até à zona industrial. Como disse, estas ciclovias terão que ligar zonas industriais, preferencialmente, para as pessoas poderem vir a pé ou de bicicleta, trabalhar. Tem a ver aqui com a pegada ecológica, vamos tentar fazê-la até Porto de Mós, é assim que está candidatada. Temos ainda uma ciclovia entre Porto de Mós, Boavista e Ribeira de Cima, que também já estava prevista, temos o projeto em fase de avançar. Mapeado aqui está o Parque Verde da Calvaria de Cima, a segunda fase do Parque Verde de Porto de Mós e está um sistema de bike sharing de turismo de natureza que será implementado através dos municípios, um projeto conjunto nas zonas onde se justifique, onde exista turismo de natureza. Dizer-vos que temos em projeto mais quatro ecovias. Duas delas têm o projeto concluído, que é a de Porto de Mós à Fonte dos Marcos e a outra é a de Alcaria a Alvados que vamos tentar mapear através do tal programa de proteção da natureza que está alocado apenas às Comunidades Intermunicipais. A outra é uma da Mendiga ao Arrimal e da Valicova ao Alqueidão da Serra. Finalmente, o último quadro, diz respeito ao Porto de Mós Mais Próximo, são 7,2 milhões de euros de fundo, para tentar fazer aqui algumas obras que nos parecem muito importantes: reabilitação do Cineteatro de Porto de Mós, reabilitação do Mercado Municipal de Porto de Mós, a Extensão de Saúde no Arrimal e Mendiga, a Extensão de Saúde em Alqueidão da Serra e um Centro Escolar no Juncal. Como vos disse, inicialmente o ponto de partida foram 4,9 milhões de euros que o anterior executivo conseguiu mapear para o quadro comunitário que agora termina, o 2020. Conseguiram-se 7,8 milhões de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

euros de fundos, apesar do mapeamento, e pegando naquilo que a Dr^a Isabel Damasceno habitualmente diz, "hajam projetos com maturidade que dinheiro não há-de faltar". E portanto a nossa ambição, nestes próximos tempos, vai ser, em velocidade cruzeiro, continuar a fazer projetos, porque, muitos deles, estou certo que serão contemplados com apoios. Ainda no bolo da CIM, vamos ter a requalificação do Parque Municipal de Porto de Mós, e a requalificação do Parque Desportivo das Pedreiras que será transformado numa pista de atletismo. Daqui dizer que estamos perante um bolo de 18 milhões e meio de euros, um desafio enorme para o Município de Porto de Mós, nos próximos anos, com a possibilidade de mudarmos muito daquilo que é a fotografia do concelho, mas ao mesmo tempo, de podermos abraçar aqui um conjunto vasto de projetos onde se inclui o Centro Tecnológico em Recursos Minerais, trazendo para Porto de Mós a Academia, trazendo finalmente a Academia sem trazer a Universidade, mas tendo cá a Academia, direi, a revolucionar socialmente o nosso concelho, até porque, como sabem, onde está a Universidade, é fácil que todo o sistema social mexa e cresça. A estes dezoito milhões e meio acresce o projeto da Escola Secundária de Porto de Mós. Tem um aviso aberto neste momento. Hoje apresentámos aos senhores vereadores o estudo prévio, vamos avançar imediatamente para o projeto, temos uma candidatura aberta até 28 de abril, especificamente para as escolas de primeira prioridade, que é o nosso caso. O ponto de partida não é a comparticipação a 100%, o compromisso que existe do Estado é que vai ser comparticipada a 100%, sendo comparticipada a 100%, é uma obra de sete milhões e meio que fica em Porto de Mós e fica de fora do pacto, não interferindo diretamente com aquilo que estamos a negociar. Finalmente para terminar, dizer-vos que está aqui contemplado, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, um apoio para a criação do geo parque de Aire e Candeeiros, um projeto conjunto com os sete municípios e que neste caso, será mapeado pelo Centro 2030, para apoiar com cerca de meio milhão de euros a instalação, a elaboração de todo o processo e a candidatura do geo parque à Unesco. Obrigado."-----

-----Seguidamente, a senhora Presidente da Assembleia Municipal, chamou também o senhor **José Luis Batista** para falar das atividades do seu clube, o **Centro Cultural e Recreativo do Arrimal**.----

-----"Boa noite. Aproveito para cumprimentar a senhora Presidente e todos os restantes e agradecer o convite para estar aqui. Vou ser rápido, porque estamos também numa fase inicial, mas que parece promissora. Há um ano atrás, começámos com um projeto de atletismo em escalão de formação. Pensava eu que seria um projeto de meia dúzia de miúdos, hoje temos vinte e tal, trinta. Temos também o escalão sénior que já passa os quinze. Para além disso, temos a BTT, onde temos mais de trinta a praticar todos os dias. Muitos deles vêm de bicicleta de Porto de Mós, aqui para as pedreiras e para estes lados. Temos também um outro projeto em mente, não estando a pensar ser eu a desenvolvê-lo, mas pelos vistos tenho que cá ficar mais dois anitos. Depois espero passar a pasta. Estão aqui algumas pessoas valiosas para isso. Estamos numa fase inicial, não sei se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será pertinente. No último sábado fomos a votação. Abracei o projeto para mais dois anos. Temos ainda em estudo aquilo com que iremos eventualmente arrancar ou não, vai depender também da disponibilidade de outros, por isso não o vou aqui avançar. Depois, queria pedir ao senhor Presidente para ter em atenção a cobertura, mas há uma outra cobertura que é mais urgente que esta, que são as laterais do clube, da associação, que mete água por tudo quanto é sitio. Parece-me que é por aí que temos que começar e o CCR precisa, com toda a certeza do apoio, tanto da Câmara, como da Junta de Freguesia. Esse será sim, o primeiro passo que iremos dar a curto prazo. Depois, dizer que temos um Rancho Folclórico que tem tantos anos como o CCR, portanto, se o CCR vai fazer trinta e seis, o Rancho também fará trinta e seis. Temos um aniversário entretanto, onde costumamos sempre, de há trinta anos para cá, ter aqui um Festival da Canção Infantil. A Câmara tem sempre apoiado, e temos tentado divulgar ao longo do distrito, já vieram miúdos de Leiria, de Alcobaça. Com o COVID, pensava eu que amainava um bocadinho, mas mesmo assim tivemos quinze miúdos no último aniversário. Estamos muito perto de abril, o nosso aniversário é em abril, vamos começar já a trabalhar nesse festival, para ver se chegamos aos vinte e se teremos aqui vozes que podem chegar à televisão. Dizer-vos ainda que sempre que queiram, passem aqui pelo clube, as portas já estão abertas, estiveram fechadas durante um mês, estão todos convidados. Obrigado."-----

-----**Carlos Manuel Amado Cordeiro (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso – PSD):**-----

-----“Senhora Presidente, muito boa noite. Na sua pessoa cumprimento todos os presentes, um cumprimento lá para casa, para quem nos está a ver. Queria em primeiro lugar agradecer ao Chico, a tua hospitalidade, os torrelhos, viemos à capital do torrelho, é sempre bom estarmos no Arrimal, eu costumo dizer que é das poucas terras em que as famílias ainda se juntam para semear batatas, e portanto, Chico, mantem essa tradição porque isso já está em vias de extinção no concelho, portanto os meus parabéns. Falou-se aqui na rede, e eu soube há pouco tempo, porque fui contactado também, para por uma antena na freguesia de Serro Ventoso e o técnico da PT, informou-me que em 2015, no anterior executivo, foi criado um regulamento que proíbe, no concelho de Porto de Mós, nas zonas urbanas, a instalação de antenas. A minha solicitação aqui, é que esse regulamento venha aqui à Assembleia e seja revogado, porque se nós temos antenas nos Bombeiros, na Corredoura, no Alqueidão e em todo o lado, porque é que não podemos continuar a ter antenas nas zonas urbanas? Nós não podemos estar a complicar a vida a quem se quer instalar aqui e a quem quer pôr antenas. Neste momento, se quisermos pôr uma antena neste edifício para termos rede no Arrimal, não podemos. Portanto senhor Presidente, acho que é possível fazer isso, e por mim, estarei para votar esse regulamento para que ele seja revogado. Depois, falou aqui no saneamento, no 2030, mas não se esqueça que em Arrimal, Mendiga e Serro Ventoso, foram investidos há dez anos, mais de um milhão de euros, e isto está com barbas brancas, deve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

estar cheio de ratos aí dentro, isto nunca mais funcionou e enquanto o Município não fizer a parte dele, ele nunca mais vai funcionar. Depois uma nota, passo lá quase todos os dias e gostava de ver aquilo resolvido, a curva do Monjolo foi uma obra bem-feita, mas o pavimento ficou todo danificado. O empreiteiro danificou o pavimento, quem passa lá, sente no volante do carro o pavimento todo danificado. Deixo-lhe aqui um repto, que o empreiteiro repare o pavimento. Penso que tem de ser o empreiteiro, porque ele é que o estragou, ele é que o deve reparar. Portanto que veja isso, porque parece mal termos uma obra nova e depois termos o pavimento todo danificado. Muito obrigado a todos."-----

-----**Filipe da Conceição Batista (Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – JFAS):**-----

-----Boa noite a todos, boa noite senhora Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, ao senhor Presidente Francisco, dar-lhe os parabéns porque de facto tem aqui uma terra bem cuidada. Referiu depois que trás aqui o assunto da falta de médicos que está presente com mais acuidade nesta União de Freguesias, mas também na sua freguesia de Alqueidão da Serra. Continuou, dizendo que a situação está muito pior e que se calhar alguma coisa terá que ser feita entretanto. Referiu que se começou esta Assembleia com as pessoas a queixarem-se sobre este estado de coisas e depois o senhor Presidente, na apresentação que fez, trás aqui muitos milhões e portanto considera que alguma coisa não está a bater bem. Fala-se em espaços coworking – a maioria das pessoas nem sabe o que isso é – e depois não temos um Centro de Saúde com um médico. Aliás nessas obras, se é que um dia se irão fazer, se houver um operário que se magoe, nem vai poder ter assistência nem no Arrimal, nem na Mendiga, nem em Porto de Mós. Acha que "têm que se sensibilizar essas pessoas antes de passarmos, e eu sou apologista obviamente da evolução, e temos que avançar para isso, mas nós estamos muito lá atrás num serviço que faz parte da Constituição, que é a Saúde. Se nós não lutarmos por ela um bocadinho mais, não sei... Estou disponível, porque a minha população também não está servida, eu próprio não tenho médico de família, e de facto, seis mil utentes sem médico, é muita coisa." Falou depois sobre a obra do orçamento participativo dizendo "oh senhor Presidente, o tempo vai acabar. A obra, penso que foi inaugurada em 2020 ou 2019. Não está em condições desde o início. Há um empreiteiro a que a Câmara não deve ter ficado a dever nem um cêntimo, e que efetivamente necessita de fazer a devida reparação. Eu espero que não ultrapasse, deverá ser algures. Depois, por fim, não queria que levasse isto a mal, mas eu fui surpreendido e penso que também alguns colegas, pela Sociedade Portuguesa de Autores, durante esta semana, por evento que foi organizado pelo município, que tinha a ver com os desfiles de carnaval. Eu não me senti minimamente responsabilizado por nada. Sei que alguns dos meus colegas, um ou outro até pagou, a pedirem-nos dinheiro. É o carnaval, os miúdos a saírem à rua com uns apitos. No meu caso iam até à zona desportiva e passavam no Centro de Dia e voltavam à Escola. Eu não sei o que é que se passou

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aqui, mas de facto, nós assim vamos acabar com as coisas todas. Acho que temos também de chamar a atenção destas entidades, porque senão, vamos acabar com tudo. Muito obrigado, boa noite a todos e também muitos parabéns à população do Arrimal, pela sua terra."-----

-----**Artur Jorge Cordeiro Louceiro (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal - PS):**-----

-----*"Boa noite a todos. Na pessoa da senhora Presidente, cumprimentar todos os restantes e vou fazer também aqui o agradecimento ao Francisco por nos receber tão bem na sua terra. Penso que ele também é bem recebido nas outras, mas ele faz sempre questão de aprimorar. Queria falar aqui de três ou quatro coisas. A primeira delas já aqui foi falada, que é o saneamento da Cumeira, o senhor Presidente já aqui falou, só que, já passou ano e meio após as eleições, e não vou dizer que é todos os dias, mas já começa a ser quase todas as semanas, em que há pessoas que me questionam. A Estrada Nacional Nº 8 está toda danificada, sei que não é da responsabilidade da Câmara e eu vou informando que estamos à espera do início do saneamento mas depois vem outra pergunta a seguir que é, quando é que isso começa. E de facto as pessoas falam constantemente sobre o início das obras, para quando é que é. Outro assunto é o Vamós. Sei que estava em revisão o contrato, e se há alguma data, para quando o término da revisão para ver se contempla a freguesia do Juncal, ou no mínimo, a vila do Juncal. Também foram apresentados aqui estes milhões todos, e vão ser precisos projetos, e eu deixo-lhe aqui um projeto, para uma estrada que se calhar está há trinta anos sem qualquer manutenção, que é a estrada que liga o Vale d'Água ao Chão da Feira, que já falei dela noutra Assembleia. Está de facto muito danificada, têm andado a fazer o corte das árvores das linhas de contenção, e agora ficou pior, e por isso é um projeto que se poderia incluir aí no 2030. E depois, aquilo que o Filipe também já aqui falou, que foi o pagar aquelas taxas sobre o carnaval, nós pagámos, não queríamos ter ali os miúdos na rua e que viesse alguém e que nos proibisse e que mandasse tudo para trás e por isso pagámos. Pagámos à GNR o parecer e pagámos os direitos de autor, para podermos passar uma música. Obrigado."-----*

-----**Joaquim Santiago Virgílio Alves (PS):**-----

-----*Usando da palavra, e depois de cumprimentar todos os presentes disse que não sabia que para que os miúdos brincassem no carnaval já se tinha que pagar, e que por este andar, acaba tudo. Depois dirigindo-se ao senhor Presidente da Câmara disse que, e já se falou aqui duas vezes do saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Moitalina, queria saber como é que isso estava, porque já se anda a falar nisto há quatro anos, e se realmente a obra vai avançar, se já se sabe quem é o empreiteiro. Há outra coisa também, já foi autorizado por esta Assembleia o empréstimo. Mas depois disso tem de vir também à Assembleia qual é o banco, juros, os anos, porque várias pessoas o têm abordado com perguntas no sentido de saberem quando é que as obras avançam, pedindo esclarecimentos nesse sentido."-----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**Félix Correia dos Reis (PSD):**-----

-----"Boa noite a todos. Na pessoa da senhora Presidente, doutora Clarisse Louro, cumprimento todas e todos os presentes. Permita senhora Presidente, agradecer antes de mais, ao senhor Presidente da União de Freguesias pelo bom acolhimento que nos tem prestado até agora. Muito obrigado. Senhor Presidente, antes de mais, queria também agradecer-lhe pelo facto de termos concluído a estrada da Tojeirinha, arranjada e concluída. Era um desejo e uma necessidade para o Alqueidão da Serra. Perguntar-lhe se não era possível também pelo menos pintar essa estrada, em termos horizontais, chamada marcação no chão. Ainda o alcatrão da Estrada da Tojeirinha está quente e queria perguntar-lhe se já há uma data para arrancarmos com essa grande obra que é da Casa do Povo até ao Alto da Carreirancha. Reparei também que andam a fazer a limpeza dos dez metros nalgumas freguesias, concretamente do Alqueidão da Serra até Alcaria e Alvados, parabéns por esse trabalho, a estrada até parece muito maior. Em relação ao saneamento, queria perguntar como é que está a decorrer a adesão das pessoas para se ligarem ou não, e o respetivo pagamento e se a Câmara propõe algumas condições para quem não pode pagar. Já que falou em tantos milhões do 2030, desejo-lhe bons projetos e boa execução. Muito obrigado."-----

-----**Liliana Carvalho Pereira (PS):**-----

-----"Boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados na pessoa da senhora Presidente. Queria trazer aqui três aspetos distintos, um deles prende-se com a parte dos transportes escolares. Já foi reportada à Câmara o facto de haver uma grande quantidade de alunos, quer da zona serrana, quer da freguesia das Pedreiras que não tem lugar sentado no autocarro. Sei que a Lei foi revogada e que neste momento isso é permitido, resta aferir, e sendo a responsabilidade da Câmara que faz o pagamento à entidade, verificar se a percentagem que é permitido ir em pé, está ou não a ir além daquilo que é o permitido. Tendo em conta que os alunos da EB2, quando entram, principalmente à vinda, o autocarro já vem da Secundária cheio e todos os alunos que entram ali, têm de ficar em pé. Outra situação também e já que se falou aqui em obras, nomeadamente para a Escola Secundária, este foi um tema, que já em reuniões de pais e encarregados de educação e reuniões de avaliações, já tinha sido levantado também, porque já havia esse burburinho, já se sabia que iria haver as obras e alguns pais e docentes apresentaram aqui algumas questões, que eu queria aqui colocar, nomeadamente se vai ser uma escola que vai albergar cerca de mil e quinhentos alunos, aproximadamente cinquenta e oito turmas, por isso as obras são de extrema importância e tem de ser mesmo uma obra em grande, porque atualmente a escola não tem condições. A nível do pavilhão, este precisa de obras estruturais e já está em lotação máxima para o número de alunos que já tem. A questão que aqui coloco é que obras é que estão perspetivadas para o pavilhão, que obras é que estão perspetivadas também para os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

campos, porque neste momento, se já há professores a terem que fazer aulas nos campos e aulas no pavilhão, com o aumento do número de alunos como é que isso se vai aqui dividir, como é que vai ficar também a questão a nível dos balneários. Quando as condições climatéricas não são as melhores, não consegue ir toda a gente para o pavilhão e obrigatoriamente vai ter que ficar pessoal a fazer aulas de educação física também nos campos, como é que isso está projetado. É ainda em relação a este tema, que é, quando as obras estiverem a decorrer, como é que se irá desenvolver a situação das aulas de educação física. Outra situação também, é em relação à cantina. Para um universo de mil e quinhentos alunos, está perspectivada uma cantina com cento e vinte lugares sentados, aproximadamente, e tendo em conta que hoje em dia se fala muito da alimentação saudável, não será que depois o tamanho da cantina ficará com dimensões reduzidas o que vai fazer, com que os alunos se cansem de estar nas filas e optem por alimentação menos saudável? Ainda em relação à escola, tendo em conta o nosso ensino articulado, e neste momento já temos um número de alunos significativo que têm que ter aulas em Fátima, se nesta obra estão perspectivadas algumas salas para albergar o ensino articulado, nomeadamente não só o de música, que é aquele que já é uma das ofertas que o concelho tem, mas perspectivando-se até uma possibilidade de abrir ensino articulado noutras áreas, se isso já está contemplado a nível das escolas. Outra questão também, tendo em conta a situação dos sismos e a nossa proximidade a uma zona geológica com características muito particulares, nomeadamente por causa do canhão da Nazaré, se foi feito algum estudo, ou de que forma é que a construção tem aqui alguns cuidados com este tema. Outra situação também, sendo uma obra desta envergadura, como é que vão ser acauteladas as condições acústicas para que as aulas consigam decorrer sem haver grandes perturbações e mesmo em termos da segurança, porque presumo que irá haver muita movimentação, não só de trabalhadores, mas também de máquinas. Em termos de espaços verdes, gostei particularmente quando referiu que a parte ambiental vai ser um grande investimento, mas gostaria de saber também, para estas obras o que é que está perspectivado em termos de espaços verdes, porque ultimamente as escolas são um conjunto de betão e espaços verdes estão muito aquém do que seria o necessário. Por ultimo, também referiu que em termos de valores, à partida, estão assegurados, mas se estes sete milhões e meio não forem suficientes, quem é que irá depois fazer a comparticipação do valor excedente. Por ultimo e para terminar, em relação à fiscalização a nível dos parques infantis, que embora seja da Câmara, muitas vezes delega competências em termos da manutenção destes espaços, queria só chamara a atenção para o Parque Infantil das Pedreiras que desde o verão um baloiço danificado e o piso está cheio de lodo e de ervas, o que não é de todo convidativo para as crianças."-----

-----**Dulce Maria Amado Custódio (PSD):**-----

-----"Boa noite a todas e a todos. Cumprimento na pessoa da senhora Presidente da Assembleia, todos os presentes aqui e em casa através das redes sociais. É com muita alegria e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

orgulho, que hoje estou aqui, naquela que há seis anos, que eu e a minha família escolhemos para nossa freguesia, portanto é mesmo com muito gosto. U vivo, para quem não sabe, na Portela de Vale de Espinho, que eu chamo do paraíso, mas não é bem, bem o paraíso, falta alguma coisa. A Portela de Vale de Espinho, provavelmente será a única aldeia do concelho de Porto de Mós, que tem 95% para não dizer 100%, das suas ruas com tout venant, gravilha, portanto não tem um arruamento condigno. E o que é que isso significa? Que quando chove, ficam umas valas enormes e tornam aquele percurso espetacular, um bocadinho intransitável, muito difícil para quem tem mobilidade reduzida, quase impossível em alguns casos e muito difícil para quem tem carros baixos. Há muitos anos atrás, muito antes de eu pensar que iria ter à Portela, foi prometido, e durante muitos anos foi prometido, um projeto espetacular, tipo, Pia do Urso, e que por isso, não haveria outra alternativa de arruamento, precisamente porque se iria fazer aquele projeto. Não foi este executivo que o prometeu, mas é a este executivo que eu venho pedir, para que, se não puder fazer esse projeto que de facto seria perfeito, porque aquela zona merecia um arruamento realmente digno de toda aquela envolvência natural, mas se não for possível, que seja o que for possível, porque se me perguntarem se eu quero alcatrão na Portela, eu digo logo que não, claro que eu não quero alcatrão na Portela, porque toda aquela envolvência merecia um arruamento condigno, mais natural, mais enquadrado naquela aldeia e toda aquela beleza e potencial que a aldeia tem. Contudo, eu não posso ser egoísta ao ponto de pensar apenas na imagem, e mais importante que a imagem e a beleza natural, é de facto, a qualidade de vida de quem lá está. É verdade somos vinte habitantes, ainda, mas prevê-se que sejam mais, mas acima de tudo, a segurança das pessoas. Eu não posso pôr a estética, acima da qualidade de vida e da segurança, e por isso, venho pedir-lhe, senhor Presidente, até final do mandato, que veja a melhor opção, mas que faça qualquer coisa para resolver isto e para dar uma vida digna àquelas ruas, se é que se pode chamar ruas no estado em que elas continuam a estar. Agradecer à Junta de Freguesia que andou lá agora, que já está a passar o inverno, andou lá a alisar um bocadinho aquilo, portanto, até às próximas chuvas, convido toda a gente a levar qualquer tipo de carro, que conseguem passar, depois, é mais complicado. Finalmente e porque já foram abordados todos os outros temas, em relação à Igreja Velha do Arrimal, o senhor Presidente já respondeu, em relação à Saúde, infelizmente também, em relação ao Vamós, já foi questionado também, portanto é só isso. Muito obrigada."-----

-----**Cristina Maria Braz Ferreira Rosa (PS)**:-----

-----"Boa noite. Na pessoa da senhora Presidente cumprimento todos os presentes e também quem assiste através das redes sociais, e deixava também uma palavra de apreço à comunidade de Arrimal pelo acolhimento dos participantes nesta Assembleia Municipal. Trazia, senhor Presidente, duas questões relativamente ao PDM. O município fez a alteração ao PDM ao abrigo da legislação em vigor. Essa alteração já foi aprovada por esta Assembleia há alguns meses. Sabemos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também que o concelho está sem PDM há alguns meses, desejávamos saber se esta alteração já foi aprovada pelos órgãos competentes, chamando a atenção de que numa altura em que tanto se fala de habitação e conhecendo também as carências do concelho nesta área é altamente penalizadora esta situação, pelo que pedíamos essa informação. Ainda na área da habitação, questionava se a Câmara Municipal candidatou alguns projetos ao abrigo do PRR, nomeadamente aquilo que foi definido como estratégia local para a habitação, por parte do Município. Depois, agradecer a informação que nos trouxe aqui, do Quadro 2030, nomeadamente aquilo que são os montantes e os projetos envolvidos para a zona Centro e mais concretamente para o nosso concelho, é sempre interessante conhecer estes números. Fiquei um bocadinho preocupada, porque vejo muitos projetos para o concelho, isso é muito positivo, mas fiquei preocupada na medida em que vejo muitas ciclovias, muitos jardins, mas vejo pouco projetos básicos daquilo que é o essencial das comunidades. Estou-me a referir ao saneamento básico e à água. Sabemos de várias Assembleias que já houve aqui quem trouxesse a preocupação, ainda hoje, um munícipe, habitante, penso eu, da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga, trouxe aqui a questão de que a rede de água é muito antiga, e que precisa de reparação, também já levámos há algum tempo, nomeadamente na freguesia da Calvaria, Aldeia de Casais de Matos e Juncal, Andam, Chão Pardo, Casais Garridos, que têm condutas muito envelhecidas onde há ruturas muito frequentes, e portanto gostava de ver mais projetos básicos envolvidos nestes montantes que todos achamos elevados, mas que se calhar não são tão elevados como isso. Provavelmente vai-me dizer que muitos dos projetos que estão ali têm a ver também com uma forma como esses fundos comunitários são repartidos por áreas, mas é uma preocupação. Obrigada."-----

-----**Samuel Dinis Cordeiro da Costa (PS):**-----

-----"Cumprimento todos os presentes na pessoa da senhora Presidente. Desde já gostaria de agradecer ao executivo pela pavimentação da estrada da Paiã. Gostaria de saber também quando é que está prevista a conclusão da obra, nomeadamente, a marcação do pavimento e a pavimentação das restantes ruas. Infelizmente, entristece-me não ver no 2030, a inclusão da Praia Jurássica. Foi uma das maiores descobertas paleontológicas do século no País e que está votada ao abandono. Queria saber qual o ponto de situação do mesmo e se está prevista uma inclusão futura. Obrigado."-----

-----**Olga Cristina Fino Silvestre (PSD):**-----

-----"Cumprimento o senhor Presidente da Câmara, os senhores Vereadores. Cumprimento a senhora Presidente da Assembleia Municipal e a Mesa e felicito-a por ter regressado às Assembleias Municipais descentralizadas, isto é uma forma, também, de aproximar a população de quem gere os destinos do concelho. Um cumprimento especial ao senhor Presidente da União de Freguesias de Arrimal e Mendiga, por tão bem nos receber, e é sempre um gosto estar aqui na sua freguesia.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cumprimento também em especial, todas as pessoas desta freguesia e a comunicação social e caros colegas Deputados e Presidentes de Junta. Dou também as boas vindas à senhora Deputada Rita Miguel que já é uma repetente aqui nesta casa. Quanto à apresentação que o senhor Presidente da Câmara fez do Quadro Comunitário, só tenho uma palavra a dizer que é, desejo-lhe coragem para executar isto, porque seguramente no final desta execução, Porto de Mós será um concelho diferente. Quero aqui dar quatro notas, sinalizar quatro situações. Ao longo do mandato anterior e deste mandato, este executivo, tem-se preocupado sempre com as pessoas, quer no apoio às famílias, quer no apoio às associações, digamos, na minha opinião, obviamente e na do PSD, é um Município solidário e isso é reconhecido, e foi reconhecido, agora recentemente, como Porto de Mós, Uma Autarquia Familiar e Responsável. Quero felicitar o Município por isso. Também quero felicitar o Município pela continuação do Jovem Autarca, porque é uma forma de também aproximar os eleitores dos eleitos e é uma forma de desmistificar o que que são os políticos. Tinha aqui uma pergunta para lhe fazer, mas o senhor Presidente há pouco, já referiu, que era a situação da requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós. Quero também felicitá-lo, porque foi uma batalha que durou alguns anos e foi uma batalha conseguida e sei que não foi fácil conseguir que a escola fosse considerada prioritária, foram anos de longo trabalho e de muitas reuniões com o Governo, e quero felicitá-lo por isso. Quanto às preocupações que foram aqui enunciadas por alguns deputados e também pelo público, a falta de rede móvel e a falta de médicos de família, quero dizer o seguinte: nós todos, seguramente aqui nesta sala, estamos preocupados com isso, portanto é uma preocupação que nos move a todos, independentemente do partido que representamos, mas também tenho que dizer que nós aqui em Porto de Mós estamos preocupados, o senhor Presidente da Câmara tem feito aquilo que está ao seu alcance, seguramente até tem ido mais além do que aquilo que lhe é possível, mas também é justo que diga que os deputados na Assembleia da República, também têm sempre que podem, questionado o Governo, sobre estas situações, quer uma quer outra, e ainda recentemente o fizeram sobre a falta de médicos de família aqui no concelho de Porto de Mós, e o Governo tem feito orelhas moucas e não tem querido resolver esta situação. Como disse aqui o António Carreira, é verdade que é um direito constitucionalmente consagrado, mas mais do que um direito, as pessoas têm que ter acesso a médico de família, porque é incompreensível, no século XXI, uma pessoa não ter a possibilidade de ter médico de família. Mas infelizmente, o ano passado havia cerca de um milhão e duzentos mil pessoas sem médico de família, e atualmente são cerca de um milhão e quinhentos mil. Isto cabe ao Governo resolver, mas também a nós. Todos os que estamos aqui nesta Assembleia, devemos também ajudar nessa solução, e devemos estar solidários com aquilo que o executivo quiser fazer para que isto seja realmente uma solução. Termino agradecendo mais uma vez a receção ao senhor Presidente da União das Freguesias de Arrimal e Mendiga. Obrigada." -----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes, nos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguintes termos: "Completando o Presidente do CCR do Arrimal, o José Luis, a quem cumprimento e felicito por ter aceitado continuar à frente do Clube, dizer-lhe que, não foi referido, mas está aqui um trabalho importantíssimo quer para a freguesia quer para o concelho de Porto de Mós, que é o protocolo de gestão do parque de campismo do Arrimal, muito importante e nós estamos muito gratos por isso. Depois de fazer a obra temos que pensar no futuro, na sua utilização, e o CCR tem sido nosso parceiro, em conjunto com a Junta de Freguesia. Sobre as questões colocadas pelos senhores deputados, começava por quem começou, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso, Carlos Cordeiro, sobre o Regulamento do PDM, este tem que ser alterado e vamos introduzir esta alteração logo no início da revisão do PDM, que vai iniciar-se quando a alteração for publicada e está na nossa mente poder fazer esta alteração. Eu quero dizer, que não foi pacífico e não é pacífico, a instalação de antenas. Toda a gente tem o direito de ter as melhores comunicações, mas quando é para instalar as antenas, ninguém as quer ao pé de casa. Isto é um problema, temos dois conflitos jurídicos a correr, felizmente a Câmara cumpriu as distâncias que o PDM prevê. Se não cumprisse as distâncias, não sei onde é que iríamos parar, porque provavelmente a operadora não conseguiria instalar as antenas. O assunto está em cima da mesa, até porque há estudos científicos, hoje, que desagravam aquilo que na altura condicionou a que os municípios pusessem a cem metros das casas. Na altura havia aqui risco, haviam algumas teses que defendiam que não podia ser a menos de cem metros porque havia riscos para a saúde. Hoje isto está desmistificado cientificamente, e é mais fácil. Mas volto a dizer-vos que vão existir sempre problemas porque as pessoas não as querem ao pé de casa. Sobre a questão do pavimento danificado nas curvas do Monjolo, o dono da estrada é as Infraestruturas de Portugal, que têm uma reclamação feita, que não tem a ver com o Município de Porto de Mós. Sobre a questão do saneamento básico, é uma questão muito mais complexa, até porque, neste momento, está feita uma parte da rede em alta e falta toda a distribuição. Fazer a distribuição com a dispersão da Serra, é um trabalho que não é simples, e que tem que ser muito bem ponderado e articulado, no ponto de vista até, da gestão deste território. Estamos a equacionar outras soluções, e uma vez que o Programa Operacional deixou de ter uma dimensão nacional, que era o POSEUR, como sabem e passou a ser regionalizado, nós passamos a ter uma flexibilidade diferente também para fazer a gestão, sobretudo em termos de Comunidade Intermunicipal e é essa a intenção que temos. Sobre a questão que o Presidente da Junta do Alqueidão colocou, naturalmente que depois desta reunião, eu estava a aguardar a resposta do coordenador do ACES Pinhal Litoral, a este nosso e-mail, nós vamos ter de fazer uma reunião urgentemente em conjunto também com a Associação Urgente, que representa os utentes aqui no concelho de Porto de Mós, no sentido de vermos quais as ações que devemos avançar. Agora há aqui uma questão, que é de base. Nós se não avançarmos com a obra das Extensões de Saúde, quer em Arrimal e Mendiga quer em Alqueidão da Serra, eles vão encerrar. Na perspetiva da Saúde, as atuais instalações não servem. E se não servem, temos que encontrar uma solução. E por isso é que o Município tem na parte da ARS, um

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

projeto modelo, quer para o Alqueidão da Serra, quer para Arrimal e Mendiga, é só um Centro de Saúde e vamos ter que definir a localização, para avançarmos rapidamente com o projeto, logo que os avisos do 5.º abram, podermos candidatar e avançar com a obra. Isto é fundamental. Ignorando esta questão, a parte física, estaríamos a condenar estas populações, e não contem comigo para isso. Sobre a questão do Orçamento Participativo, ela está reclamada. Pode passar o tempo que passar, nós temos uma garantia bancária, como o senhor Presidente sabe, e eu já lhe disse, e vamos executá-la se ele não cumprir com a reparação das deficiências que existem. Sobre a questão da Sociedade Portuguesa de Autores, a organização nunca foi das freguesias, foi dos Agrupamentos de Escolas. Não consigo perceber muito bem, porque é que a Sociedade Portuguesa de Autores, andou a telefonar para as Juntas de Freguesia a solicitar o pagamento. A ideia que tenho, embora não tendo a certeza, porque também não fui avaliar, o Agrupamento de Escolas está isento do pagamento de licenças para a Sociedade Portuguesa de Autores, e digo isto, porque nós, passamos licenças, por exemplo, para festas de finalistas e não é necessário que a Associação de Estudantes, que pertence ao Agrupamento de Escolas faça o pagamento à Sociedade Portuguesa de Autores. Mesmo assim, e em próximas situações agradeço que o façam, se os senhores Presidentes de Junta forem confrontados com uma situação destas, isto é uma organização do concelho, repartida por várias freguesias, e naturalmente que o Município assume essa responsabilidade. Ainda assim, se entenderem necessário, podemos sempre reclamar. Sobre a questão do saneamento da Cumeira e da Cruz da Légua, é um processo, como sabem, muito complicado, sob o ponto de vista da contratação. Neste momento, temos a documentação para o empréstimo, que estava em falta, nomeadamente um documento da DGAL, de que estamos à espera há cerca de três meses. Recebemo-lo por estes dias e ainda assim o Dr. Rogério disse-me que o documento não vinha de acordo com aquilo que era a pretensão. Portanto, nós vamos ter que remeter esta documentação toda, ainda assim, e tentar depois encontrar o tal documento da DGAL, que está em falta. Sobre o processo, este está em curso, teve reclamações, tivemos nove concorrentes, tivemos algumas reclamações, que é normal, está em análise por parte do júri e penso que na próxima semana essa questão ficará definida para avançarmos com o concurso público, que como sabem, tem alguma dimensão. Sobre a questão do Vamós, o nosso contrato é um contrato que fizemos diretamente com o operador, que vai terminar. O Vamós vai passar a integrar uma resposta regional, no âmbito de um concurso internacional que foi feito pela Comunidade Intermunicipal, e como eu já disse aqui, vamos ter um conjunto de alterações, quer de linhas, quer de oferta. Havemos de nos sentar com o operador que ganhou a operação para toda a região de Leiria. O concurso foi ratificado anteontem na reunião da Comunidade Intermunicipal, um concurso público internacional, que também demorou mais de um ano. Tivemos dois concorrentes, um deles ultrapassou o preço base, o outro estava enquadrado no preço base e por isso, temos quem vá fazer o serviço para toda a região de Leiria, neste caso os transportes públicos urbanos. Vamos ter que definir linhas, que serão transversais a grande parte do concelho,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ou com passagens frequentes, diárias, de circuitos, ou com o chamado transporte a pedido, ou com o transporte fixo em determinado horário, em determinado dia da semana. Vamos ter um conjunto de oferta muito mais diversificado, a que pretendemos dar cobertura. Sobre a questão do saneamento já respondi antes ao que o Joaquim Santiago colocou, mas o saneamento não se fala há quatro anos. O saneamento fala-se há vinte anos. Há quatro anos é que se começou a avançar para projeto, e que se começou efetivamente a dizer, que este projeto era exequível, porque antes não era. Já tivemos essa discussão bem que chegue e neste momento, que não restem duvidas, o projeto vai avançar definitivamente e vai avançar, como aliás têm avançado outras obras que os senhores, em determinados momentos puseram em causa e que felizmente estão a avançar e estão a ser concretizadas como é o caso da ALE de Porto de Mós. Sobre a questão da pintura da estrada de N^o S^a da Tojeirinha, eu não sei como é que está, a questão da Carreirancha sei, pedimos um novo orçamento, é substancialmente mais elevado do que aquele que tínhamos antes, vamos equacionar no segundo semestre deste ano avançar para obra, uma vez que neste momento não temos orçamento para a fazer. Sobre as faixas de proteção de combustível, é um compromisso legal, infelizmente não conseguimos fazer tudo de uma vez, vamos fazendo estes investimentos. São investimentos muito significativos, necessários, e direi, obrigatórios, por isso vamos avançando com eles. Sobre a questão dos transportes escolares, peço desculpa à Liliana, não tenho resposta. A senhora Vereadora não está aqui hoje, darei com certeza a resposta através da senhora Vereadora, na primeira oportunidade, se ela o puder fazer por e-mail, faz-lhe chegar a informação. Sobre a questão da escola Secundária de Porto de Mós, quero dizer-lhe o seguinte: a Escola Secundária de Porto de Mós, na perspetiva do anterior executivo, há cinco anos atrás, estava boa, não precisava de obras. Afinal não estava, porque nós chegámos em 2017 e começámos logo a dizer que a escola não reunia condições mínimas para albergar os alunos. Aliás a despreocupação era tanta, que estávamos a perder alunos e ninguém estava a dar conta, estávamos a perder alunos para as escolas à volta, que até estavam a melhorar significativamente. A nossa preocupação começou há cinco anos, com reuniões com a Secretária de Estado. Com todas elas, do anterior Governo, nós reunimos, na tentativa de resolver um problema de base, que era inscrever a escola nas prioridades, porque a escola na perspetiva, quer da DGEst, quer do Ministério da Educação, era uma escola boa, tinha boas condições. Depois de uma luta muito complicada, nós conseguimos colocar a escola na primeira prioridade. São trinta e três escolas no País, para as quais as CCDR's estão a abrir avisos específicos para estas primeiras prioridades. A CCDR do Centro, tem um aviso aberto até 28 de abril, com cerca de trinta milhões de euros. E portanto nós vamos ali incluir a nossa Escola Secundária. A Escola Secundária de Porto de Mós, foi alvo de um estudo, contratámos uma empresa projetista para fazer o estudo, uma empresa que já tinha feito projetos de escolas exatamente iguais à nossa e que foram aprovados pela DGEst, e aqui o que nós precisamos é de ganhar tempo. Neste momento, o estudo que temos, tem acordo prévio da DGEst, porque houve reuniões nesse sentido, e tem parecer favorável dos nossos técnicos,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

precisando apenas de uma consulta à APA, porque o subsolo é atravessado por uma linha de água. Estamos a fazer um estudo geotécnico, foi assim que foi encomendado, precisamente tendo em conta as questões que colocou e que aliás vêm inseridas num documento que eu recebi hoje, do Partido Socialista, que ainda não tive tempo de ver, mas aparentemente, li na transversal, tudo o que aqui disse aqui agora, é o que está nesse documento, ao jeito de preocupações. Queria dizer-lhe que a escola não é para mil e quinhentos alunos, a escola é no máximo para mil e duzentos alunos. O pavilhão não tem problemas estruturais. Não faço ideia se o refeitório é para cento e vinte pessoas, a senhora é que disse, não sei onde é que viu isso. O projeto que aqui está, que foi apresentado, o estudo, foi ratificado pela DGEst e acredito que seja dado como bom. Tem ensino articulado, tem condições acústicas, senão não sei como é que poderia passar depois nas avaliações das especialidades. Eu às vezes fico a pensar que às vezes, na vossa perspetiva era não fazer, era estar como estava. Se estamos a fazer, é um problema, ou então vamos pôr problemas para cima do problema. Eu quero-lhe dizer o seguinte: a Escola Secundária de Porto de Mós, vai ser intervencionada, não vai precisar de contentores, está previsto que a escola funcione em obra, está contemplada num determinado critério definido pela DGEst, que nós entendemos como bom. Tivemos que cortar algumas coisas porque inicialmente, havia aqui algumas questões que a DGEst entendeu supérfluas, não foi a Câmara, nomeadamente a cobertura do tal campo de jogos, mas isso não foi a Câmara, houve necessidade de cortar trezentos mil euros na cobertura e portanto, a DGEst disse, corta-se aqui. Se nós tivermos condições no futuro para fazer a cobertura, o Município, a custos próprias, suportará esse valor. Dizer-lhe que aceito as preocupações relativamente à prática do desporto, aceito perfeitamente essas preocupações. Temos escolas no País que têm esses alunos e que têm só um pavilhão, nem têm a oportunidade dos campos de jogos que nós felizmente temos. Mas nós temos as piscinas municipais, temos os campos ao lado das piscinas municipais, temos alguma oferta para aquilo que são os espaços ao ar livre com balneários, que é a preocupação, e estou certo de que haveremos de encontrar soluções. Mia importante e fundamental, e eu gostava que os senhores reiterassem isto, é que vai ser feito um investimento de sete milhões e meio na Escola Secundária de Porto de Mós, vai melhorar significativamente a qualidade da oferta aos alunos do nosso concelho, e que aconteceu na sequência de uma luta muito grande deste executivo, só possível porque nós nunca desistimos. Tenho a certeza que se não tivéssemos feito a luta que fizemos, tenho a certeza absoluta que hoje a escola estaria como estão as outras quinhentas do País, num segundo patamar e com a senhora Ministra da Coesão a dizer todos os dias a dizer que não há dinheiro para mais. Há dinheiro para estas, não há dinheiro para mais. Temos que ir atrás daquilo que temos, das conquistas que fizemos, sobretudo para melhorar significativamente aquilo que é o parque escolar de Porto de Mós, que é a nossa preocupação. Sobre a questão da Portela de Vale de Espinho, felizmente não é 100% que tem tout venant, a senhora deputada perdoe-me, mas até à sua casa está alcatroado. Não é assim tão mau. O projeto como disse não é um projeto nosso, mas tenho muita pena de não poder avançar, porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o projeto é muito interessante, mas prometo-lhe que lhe vou lá pôr o alcatrão. O PDM, está suspenso, deputada Cristina, está suspenso porque estou à espera da ratificação do Conselho de Ministros. A partir da próxima semana, vamos começar a avaliar os projetos, com base no que está em vigor, porque passaram seis meses. Infelizmente a burocracia deste País é assim. Os nossos técnicos avaliaram todos os projetos à luz do novo Regulamento e do novo PDM, mas como não está ratificado, não o podemos publicar, e vamos ter que passar a avaliar com base no PDM antigo. As pessoas tem direito que as leis sejam cumpridas, que os prazos sejam cumpridos e isto fica-nos mal dizer, mas é o Governo que temos, neste particular e que sempre tivemos, sempre foi assim, para pior. Sobre as candidaturas a fundos comunitários, quer dizer-lhe, exatamente aquilo que disse: isto são as gavetas, e é onde nós conseguimos ir buscar aqueles fundos a cada uma das gavetas. Temos a possibilidade de ir buscar um bocadinho para fazer saneamento básico e fomos. E quero dizer-lhe que o valor que fomos buscar para saneamento básico, em termos de percentagem, fomos o município da região que mais pediu para saneamento básico e para águas. Os restantes pediram menos, até porque são cento e sessenta milhões, como viram, para cem municípios e o Município de Porto de Mós, teve lá cerca de 6,4 milhões de euros, é completamente desproporcional em relação aos restantes. Sobre a questão da praia jurássica, queria dizer o seguinte: tivemos uma reunião ontem de Conselho Estratégico, para instalação da cogestão, e recebi a boa notícia de que está na fase final a classificação do monumento e o Samuel sabe, que para se avançar com projetos sustentados, tem de haver a classificação de interesse nacional, e a classificação do monumento é fundamental. Temos lutado muito por isso, e aparentemente está em condições de ser votado. Para terminar, queria só dizer que não há dinheiro, neste Quadro Comunitário, para estradas e queria também dizer que a estrada que o Artur Louceiro referiu e bem, é uma estrada que está com alguns problemas, mas nós temos que começar a pensar também no futuro, a olhar um pouco para aquilo que é emergente, para aquilo que é necessário e para aquilo que é secundário. Esta é uma estrada claramente secundária, eu estou preocupado, naturalmente. É um investimento muito grande numa estrada que é claramente secundária e todos reconhecemos que aquela população tem alternativas, embora reconheça que é mais perto ir por ali do que ir por outro lado. A estrada para ser só pintada, fica mal, tem de ter uma intervenção. Temos um estudo para uma intervenção que ultrapassa os duzentos mil euros. Haverá com certeza no concelho, outras prioridades, nomeadamente a estrada que vai para Pataias, e que tem de ser intervencionada urgentemente e que tem um fluxo de tráfego de uma dimensão completamente diferente. Muito obrigado".-----

-----**PERIODO DA ORDEM DO DIA:**-----

-----**1. Informações da Presidente da Assembleia Municipal:**-----

-----A senhora Presidente disse que gostaria de referir o seguinte: "Como todos sabem, dia 8 de Março é o Dia Internacional da Mulher. A Assembleia Municipal, vai assinalar a data como tem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

vindo a fazer nos últimos anos, homenageando as mulheres do concelho. Este ano, decidimos homenagear as mulheres professoras do concelho, que são mulheres e profissionais da difícil e decisiva profissão de ensinar, de transmitir conhecimento e transformar os homens e as mulheres de amanhã. Mulheres de uma profissão maioritariamente exercida por mulheres que sustenta sobre os ombros a trave mestra do desenvolvimento da nossa sociedade e de todas as outras. Foi pedido aos senhores Presidentes de Junta, para indicarem até três mulheres da sua freguesia. Já fiz este pedido e pedia a todos os senhores Presidentes de Junta que identificassem essas três professoras e que me fizessem chegar à Assembleia Municipal. Convido todos a estarem presentes no dia 12 de Março e depois enviarei o local e a hora, em princípio será às 14,30 horas, conforme foi combinado com as senhoras líderes de bancada. Também estamos a preparar a Assembleia Municipal de Jovens, a realizar este ano, que é o Ano Internacional da Juventude. A Assembleia Municipal fez uma visita à Assembleia da República, no dia 26 de janeiro e nesse sentido, quero em nome de todos, agradecer à Deputada Olga Silvestre todo o apoio dado nesta visita. A Assembleia Municipal é convidada para estar em vários eventos e sempre que possível, nós estamos presentes. Também iremos organizar um conjunto de conferências com o objetivo de informar a comunidade sobre assuntos do seu interesse, sendo esta também uma competência da Assembleia Municipal. E se me permitem, muito rapidamente, não posso deixar de vos falar na falta de médicos de família aqui nesta freguesia e também na freguesia de Alqueidão da Serra, conforme já foi aqui relatado pelo senhor Presidente de Junta. E dizer-vos, do fundo do meu coração, que é uma das situações que mais me incomoda, como pessoa, e vocês sabem porquê. Sou uma pessoa ligada à Saúde, durante toda a minha vida, e chegar hoje, aqui, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, eleita por vós e não conseguirmos, em conjuntos, todos, resolver esta situação que eu considero dramática. Por tudo aquilo que vocês disseram, pelo apoio aos idosos, pessoas debilitadas, pessoas doentes, mas também a saúde infantil, a saúde materna, o planeamento familiar, as doenças crónicas, a diabetes e todas as outras e todo o apoio que é importante na relação com o médico e com o enfermeiro de família, especialmente nestas comunidades mais isoladas. Esta Assembleia Municipal reuniu com as líderes das bancadas e também com a vereadora da Saúde. Foram delineadas algumas estratégias mas nada ou pouco se concretizou. Não conseguimos. Também em conjunto com o Presidente da Câmara, temos pensado estrategicamente como resolver este assunto. E vocês sabem que eu lido com eles e tenho pensado com eles, mas não consigo resolvê-lo. E aqui, gostava de vos dizer que o senhor Presidente, e não é para elogiar, é uma realidade, tudo tem feito para colmatar esta situação, mas não tem conseguido. Aqui a meu ver, a situação está cada vez mais complicada. A finalidade e a missão do Serviço Nacional de Saúde, tão defendido pelo Governo, é de concretizar a garantia expressa na Constituição – da prestação de cuidados de saúde de forma geral, universal e tendencialmente gratuita a toda a população. Esta garantia constitucional também já foi aqui falada, não está a ser cumprida por uma grande parte da população, penalizando sempre os mais

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

desfavorecidos, porque os outros têm onde recorrer e é isso que está a acontecer. Os mais penalizados são aqueles que menos podem, e é isso que me incomoda, sinceramente. E gostava de vos dizer também o seguinte para vocês perceberem. O Serviço Nacional de Saúde, está hoje, absolutamente descapitalizado. Completamente. Cheio de dívidas, equipamentos obsoletos, profissionais desmotivados, a saírem para o setor privado ou para o estrangeiro, o que agravará ainda mais todos os problemas derivados da falta de resposta das situações à nossa população, e nós aqui não fazemos nada. Estão a sair todos os dias, eu nem vos digo o numero, de profissionais nossos, com competência, muita competência e eles vão para o privado. Nada há a fazer. Ninguém quer estar. Estão desmotivados. Ninguém quer estar, do modo como as coisas estão organizadas a nível de Saúde, em Portugal. Chegámos ao caos complete. Esperemos que haja algo a fazer, mas não sei como. Não sei o que vos diga, apenas que não estão esquecidos e nunca estarão esquecidos, nesta Assembleia Municipal, estando a falar por todos os senhores deputados que estão preocupados. Iremos continuar a lutar. Como? Iremos ver. Pode ser que Nossa Senhora faça um milagre."-----

-----Passou-se seguidamente ao ponto 2 da Ordem de trabalhos.-----

-----2. Declaração de compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2022; 3. Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2022; 4. Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2022:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou a dar conhecimento à Assembleia Municipal da informação que foi presente a reunião de Câmara e que a seguir se transcreve:-----

-----"De acordo com o previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, os documentos anexos a esta informação, que dela fazem parte integrante, constituem os compromissos plurianuais existentes e os recebimentos em atraso à data de 31 de Dezembro de 2022. E não existindo pagamentos em atraso à mesma data a declarar.-----

-----As declarações acima referidas deverão ser remetidas à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal para conhecimento nos termos do disposto na alínea c) do artigo n.º 2 do artigo n.º 15 da supra mencionada Lei. De acordo com o n.º 3 da Lei acima citada, articulado com o preceituado no artigo 17.º do Decreto-lei 127/20212, de 21/06, na sua atual redação, deverão ainda as declarações e respetivos anexos ser publicados na página da internet do Município de Porto de Mós e integrar o relatório e contas do ano:-----

-----Declaração de Compromissos Plurianuais a 31/12/2022; -----

-----Declaração de Recebimentos em Atraso a 31/12/2022; -----

-----Declaração de Pagamentos em Atraso a 31/12/2022.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Em face do atrás aludido deverão estes documentos à reunião da Câmara Municipal e posteriormente à sessão da Assembleia Municipal, para tomada de conhecimento pelos órgãos do Município."-----

-----5. 1ª Modificações aos Previsionais 2023-2027:-----

-----5.1. 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023; 5.2. Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023 e 5.3. 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023:-----

-----O senhor Presidente da Câmara passou, de uma forma breve e resumida a dizer que "o saldo de gerência para 2023, era de três milhões setecentos e treze quatrocentos e noventa, setenta e dois, nós utilizámos na execução do orçamento para 2023 um milhão novecentos e cinquenta, restaram para acomodar agora, um milhão setecentos e sessenta e três, quatrocentos e noventa, setenta e dois. Vamos ter que dar despesa a esta receita, que vem de 2022. O que fizemos foi ir buscar aquilo que entendemos ser prioritário neste momento, sem prejuízo doutras rubricas que estão abertas, algumas contempladas aqui no 2030, outras que serão contempladas na segunda fase, com outra entrada de receita. Tivemos que fazer um reforço de mais quinhentos mil euros em despesas correntes, habitualmente não o fazemos, mas desta vez tivemos, necessariamente que o fazer, até porque estamos a avançar com o concurso da recolha de resíduos sólidos urbanos e os valores vão disparar substancialmente e portanto tivemos que reforçar também aqui esta rubrica de forma significativa, com quatrocentos e oitenta mil euros. O que foi aqui acomodado foi o Eco Parque Verde da Calvaria de Cima, com trezentos mil euros, um apoio às obras que estão agora concluídas da Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós. Eles tiveram um PARES, que foi um financiamento de cerca de setecentos mil euros, a obra orçou em cerca de 1,2 milhões, e o Município, a par do que tem feito com outras instituições, tem aqui um apoio previsto de cem mil euros, para esta obra. O apoio à União Recreativa Mirense, para substituição do relvado por um relvado sintético em Mira de Aire. Este apoio, é fundamental, o Mirense teve uma candidatura aprovada no valor de cinquenta e cinco mil euros, para esta finalidade, e nós decidimos completar para poder proporcionar à União Recreativa Mirense, a substituição do relvado, como era sua intenção. A requalificação da Igreja do Juncal, uma igreja que está identificada no Roteiro Turístico do Concelho de Porto de Mós, que está a degradar-se, nomeadamente o altar, e nós temos aqui um apoio de setenta e cinco mil euros para fazer uma parte da recuperação. A requalificação da Estrada 242-4, precisamente à saída do Juncal, a caminho de Pataias cento e sessenta mil euros e o projeto de requalificação da Escola Secundária de Porto de Mós, com os estudos que já aqui aponte, de duzentos mil euros. Este é o valor que vamos acomodar para iniciar de imediato estas obras, obras fundamentais, muito importantes, apoios determinantes e para os quais é fundamental o apoio de todos, porque são obras para o concelho, não são obras políticas, são obras importantes, e daí, a necessidade, a importância, e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

penso que, da vossa parte, o reconhecimento da urgência de todas estas intervenções, que penso que merecem o vosso apoio."-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----"Muito boa noite a todos. Cumprimento a senhora Presidente, e na sua pessoa todos os elementos da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores, cumprimento as pessoas aqui presentes da Freguesia de Arrimal e Mendiga. É um prazer enorme estar aqui convosco. Muito obrigado pela receção, senhor Presidente da Junta. E também cumprimento as pessoas que nos seguem através das redes sociais. Estamos perante a primeira alteração-modificação ao Orçamento do ano de 2023, a qual tem a finalidade de integrar desde já, o saldo da gerência do ano de 2022, mesmo sem as contas estarem aprovadas por esta Assembleia Municipal, o que só irá acontecer em abril deste ano, mas que, e de acordo com a lei, de modo a que o executivo possa desde já a começar a utilizar as verbas e a pôr em prática a execução de trabalhos previstas para o nosso concelho. A verba será de três milhões, setecentos e treze mil quatrocentos e noventa euros, que consta do mapa de fluxos de caixa, já devidamente aprovado pelo executivo, e que também esta Assembleia Municipal tem acesso a esse valor, através da informação do senhor Presidente da Câmara, que consta do Relatório das Atividades do Município e Relatório Financeiro, em apreciação no ponto 10 da Ordem de Trabalhos. Analisando esse valor, podemos verificar que o mesmo corresponde a um acréscimo de cerca de 10,3%, face ao saldo da gerência do ano anterior. Esta informação que vale o que vale, poderá não ter um significado muito relevante, mas dá para perceber que para além do bom trabalho realizado no ano de 2022, houve uma gestão muito equilibrada dado que a saúde financeira da Câmara, ainda foi reforçada. Como dos três milhões, setecentos e treze mil quatrocentos e noventa euros, a Câmara já tinha incluído no Orçamento inicial a verba de um milhão novecentos e cinquenta mil, vem agora propor a inclusão dos restantes um milhão setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e noventa euros para o orçamento para 2023. Desde logo, desta verba, o executivo propõe que quinhentos e nove mil quatrocentos e noventa euros sejam incorporados em despesas correntes, e os restantes um milhão duzentos e cinquenta e quatro mil, sejam incorporados em despesas de capital, o que realça mais uma vez, a eficiência da Câmara em pretender levar para investimento, os maiores valores possíveis, de modo a dar cada vez mais uma melhor qualidade de vida, aos seus munícipes. Quanto às despesas correntes, elas proveem essencialmente das situações anormais que o munda atravessa, nomeadamente pela guerra na Ucrânia, desde logo com uma escalada do aumento dos preços, nomeadamente da eletricidade e combustíveis, bem como das matérias primas e serviços, em que qualquer proposta para beneficiação ou reparação, são muito mais elevadas do que num período passado, ainda que recente. Também não será alheio o custo com o pessoal, nomeadamente com as diversas transferências de competências do Governo Central para o Município. Quanto às despesas de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

capital, que apoiamos incondicionalmente, é de salientar que elas se inserem num contexto de medidas devidamente programadas e estruturadas, que o executivo tem vindo a preparar e a realizar, não andando em ziguezague, ora começando uma obra, ora trocando uma obra por outra, ora iniciando obras para dar propaganda, demonstrando assim, acima de tudo, um grande equilíbrio estrutural. Outro aspeto que achamos bastante positivo, é o facto de o executivo planear qualquer novo investimento, tendo por base a possibilidade de financiamento, através de fundos comunitários, e assim levar por diante uma obra que, com estes apoios, a Câmara terá de desembolsar um valor bem mais inferior. É por isso que não podemos deixar de realçar mais uma vez, o equilíbrio concelhio, com as obras a serem efetuadas em todo o território do concelho de Porto de Mós. Por tudo isto, achamos esta proposta muito positiva e bastante equilibrada, pelo que iremos votar a favor."-----

-----**Alcides Manuel Lopes de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire - PSD):**

-----"Boa noite a todos. Na pessoa da senhora Presidente da Assembleia Municipal, cumprimento todos os presentes. Tenho aqui uma breve alocução.-----

-----A Junta de Freguesia de Mira de Aire, cumprimenta a União Recreativa Mirense e a Câmara Municipal, por em conjunto, terem efetuado candidatura no sentido de ser atribuída uma verba de cinquenta e dois mil euros, para que finalmente se procedesse à substituição do relvado do estádio, já muito deteriorado, e com custos de manutenção elevados. De facto, o piso sintético, vai ser agora colocado, com o contributo financeiro da Câmara Municipal, vai permitir uma taxa de esforço mais elevada, dando assim grande possibilidade de alavancar a formação na modalidade de futebol e poupar nos custos de manutenção. Parabéns à União Recreativa Mirense e agradecimentos à Câmara Municipal."-----

-----Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia pôs a votação, separadamente, o **ponto 5.1. - 1ª Alteração Modificativa (revisão) ao Plano Plurianual de Investimentos para o Ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Seguidamente pôs a votação o **ponto 5.2 - Alteração Modificativa (revisão) às Atividades Mais Relevantes para o ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

-----Por fim, colocou a votação o **ponto 5.3 - 1.ª Alteração Modificativa (revisão) ao Orçamento da receita e despesa para o Ano de 2023** – tendo o mesmo sido **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**6. Transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da Ação Social – Decreto-lei 55/2020, de 12 de agosto – Proposta de não-aceitação:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 12.01.2023, e que a seguir se transcreve:-----

-----TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS DO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL:-----

-----“Considerando que: -----

-----*Relativamente ao assunto acima identificado, que muito sido alvo de contestação e de falta de consenso entre os diversos atores, nomeadamente, dos autarcas deste país e o governo, pelas dificuldades e constrangimentos sobejamente conhecidas decorrentes da possibilidade de transferências das matérias insertas no domínio da ação social e outras, é por imperativo legal necessário trazer de novo esta temática a decisão dos órgãos competentes no âmbito do município;*-----

-----*No ano de 2020, 2021 e 2022 os órgãos do Município deliberaram não aceitar estas competências pelo vasto conjunto de indefinições e financiamento destas novas competências, entre outros argumentos na altura esgrimidos;*-----

-----*Recentemente o Governo acordou com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, o aumento de dotação aos Municípios para a aceitação de tais competências, especialmente para financiamento de contratação de recursos humanos;*-----

-----*Pelo Decreto-Lei 87-B/2022, de 29 de dezembro foram definidas algumas regras no que concerne ao financiamento destas novas competências e outros aspetos a considerar no âmbito desta transferência de competência para os Municípios, bem assim como a faculdade dos Municípios poderem deliberar, através dos seus órgãos competentes a aceitação das mesmas com efeitos a 03 de abril de 2023.*-----

-----*Assim, considerando, entre outros, os argumentos já invocados aquando da tomada de decisão sobre o mesmo assunto, em propostas anteriores, proponho que nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, seja aprovada a proposta a submeter à Assembleia Municipal com o seguinte conteúdo:*-----

-----*1. O Município de Porto de Mós não reúne as condições necessárias para receber a transferência de competências no domínio da ação social já em janeiro de 2023;*-----

-----*2. Que esta proposta seja aprovada em minuta pela Assembleia Municipal para os efeitos de execução imediata.”*-----

-----O senhor Presidente acrescentou ainda que o compromisso que existe com a Segurança Social é a aceitação das competências a 3 de abril, e o que se pede à Assembleia é que delibere no sentido de não se aceitar já, por duas ordens de razões: porque a equipa técnica ainda está em

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fase de formação e por outro lado, as condições físicas ainda não estão totalmente concluídas. A equipa da Ação Social será instalada provisoriamente na Central das Artes, para que se possa iniciar um processo de obras no Edifício dos Gorjões.

Não havendo pedidos de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto 6 da Ordem de Trabalhos - **Transferência de competências para os órgãos municipais do domínio da Ação Social – Decreto-lei 55/2020, de 12 de agosto – Proposta de não-aceitação** – sendo o mesmo **aprovado por maioria, com 8 (oito) abstenções**.

7. Pedido de autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para o concurso de aquisição de serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição (RCD), da responsabilidade do Município e dos serviços de limpeza urbana do Concelho de Porto de Mós pelo período de 10 anos – Proposta:

O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 09.02.2023, e que a seguir se transcreve:

“O lançamento do concurso supra referenciado pressupõe a assunção de compromissos plurianuais, cujos encargos estimados se encontram evidenciados no quadro a seguir apresentado. Os encargos apresentados foram calculados em função de quantidades, estimadas em função das atuais, e dos preços atuais atualizados anualmente à previsão da taxa de inflação de 2%, para o período de tempo em que decorrerá o contrato (dez) anos da prestação deste serviço.

Anos	2023	2024	2025	2026	2027	2028
Valor estimado do encargo	479.006,43 €	977.173,12 €	996.716,59€	1.016.650,92€	1.036.983,94€	1.057.723,62€

Anos	2029	2030	2031	2032	2033	TOTAL
Valor estimado do encargo	1.078.878,09€	1.100.455,65€	1.122.464,76€	1.144.914,06€	583.906,17€	10.594.873,34€

Tendo em consideração que a Lei n.º 8/12, de 21 de Fevereiro, (LCPA), na sua redação que aprova a regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

privadas, está sujeita, no que concerne a entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

-----Considerando, por outro lado, que por razões de simplificação e celeridade processuais, a Assembleia Municipal concedeu autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que:-----

-----• Os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano legalmente aprovados e;-----

-----• Os encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----Considerando que tal autorização não se aplica ao caso em concreto, tendo em atenção os montantes plurianuais a assumir e evidenciados no quadro acima.-----

-----Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, diploma que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, vem estabelecer que “Para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, “a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo competente pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano”, sendo que se “exceção do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa”, como é o caso em apreço.-----

-----Daqui decorre, tendo em atenção, quer os montantes envolvidos, quer o facto de aquando da aprovação inicial das Grande Opções do Plano não estar inscritos o valor plurianual ajustado à despesa a satisfazer com este contrato, a reprogramação implica uma alteração do montante global da despesa, pelo que a mesma deverá ser sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

Assim:

-----Tendo em consideração que os encargos plurianuais aprovados para o projeto, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano 2023_2027, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 16 de dezembro de 2022, não se encontram suficientemente dotados, é necessário uma reprogramação do encargo plurianual implicando aumento despesa, pelo que nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, na sua redação atual, conjugado com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, é obrigatório a submissão à Assembleia Municipal com vista à autorização prévia favorável à assunção dos compromissos plurianuais dos encargos, acima calculados, para a eventual execução do contrato supra referido.”-----

-----Referiu ainda o senhor Presidente que “o que está em causa é um concurso internacional de cerca de dez milhões de euros, para fazer face ao serviço de recolha de resíduos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no concelho de Porto de Mós, para os próximos dez anos, e portanto o que aqui vem, é aquilo que pensamos ser o plano financeiro para os próximos dez anos."-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação - **7. Pedido de autorização Prévia da Assembleia Municipal para a assunção de compromissos plurianuais, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, para o concurso de aquisição de serviços de recolha e transporte a destino final adequado de resíduos urbanos (RU), resíduos de construção e demolição (RCD), da responsabilidade do Município e dos serviços de limpeza urbana do Concelho de Porto de Mós pelo período de 10 anos – Proposta – tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.**-----

-----**8. Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Ano 2022, 2023 e seguintes:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, referiu que a informação abaixo transcrita é para conhecimento da Assembleia Municipal, mostrando-se disponível para responder a qualquer dúvida.-----

-----“A Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro, alterada e republicação pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º que a assunção de compromissos plurianuais independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que concerne às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

-----Deste modo, e por razões de simplificação e celeridade processuais, foi solicitado à Assembleia Municipal que deliberasse no sentido de emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos em que os encargos resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e também em casos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.-----

-----A Assembleia Municipal aprovou na sua reunião ordinária conceder autorização prévia à Câmara Municipal em 17-12-2021, para o ano 2022 e para o ano 2023 a autorização foi concedida em 16-12-2022, no âmbito da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e nas situações prevista no parágrafo anterior.-----

-----Na sequência da aprovação da autorização prévia, e por razões de simplificação e celeridade processuais a Câmara Municipal na reunião realizada a 30 de dezembro de 2021 autorizou delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais para o ano 2022 e para o ano 2023 a autorização foi dada em reunião de Câmara de 22-12-2022, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante

399

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

permitted by law, in the scope of the public procurement regime. The assumption of multi-year commitments covered by prior authorization, shall only be made when, in addition to the conditions provided in the previous number, the rules and procedures provided in Law n.º 8/12, of 21 of February, in its current redaction, and once the remaining legal requirements for execution of expenses are fulfilled. In compliance with the Measures for the Execution of the Budget of the Municipal Chamber of Porto de Mós for the year 2022 and for the year 2023, below is a table where the commitments assumed in the period 16-11-2022 to 31-01-2023 are listed.-----

Data	Designação	Montante		
		2023	Anos Seguintes	Total
05-12-2022	Pavimentação em Diversas e Estradas do Concelho	70.160,55€		70.160,55€
15-12-2022	Serviço de Seguros 2023	51.557,87€		51.557,87€
15-12-2022	Serviço de Seguros 2023	46.751,49€		46.751,49€
16-12-2022	Integração de Utentes para Funções no Município	1.500,00€		1.500,00 €
24-01-2023	Responsabilidade Técnica pela Exploração das Instalações Elétricas de Média e baixa Tensão Especial e Manutenção UPS – Ano 2023 e 2024		11.611,20€	11.611,20€

-----**9. Proposta final de ARU+ORU de Porto de Mós e Corredoura e Relatório de Ponderação da Discussão Pública:**-----

-----O senhor Presidente da Câmara, passou a apresentar a proposta que foi aprovada em reunião de Câmara de 09.02.2023, e que a seguir se transcreve:-----

-----**PROPOSTA FINAL DE ARU+ORU DE PORTO DE MÓS E CORREDOURA E RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA À REUNIÃO DE CÂMARA:**-----

-----"No âmbito da implementação da estratégia de reabilitação urbana para Porto de Mós e Corredoura, recorrendo à delimitação de uma ARU (aprovada e publicada em Diário da República a 29 de Julho de 2022, pelo Aviso n.º 15018/2022, 2.ª Série, parte H) e sua operacionalização através de instrumento próprio -Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU), e findo que é o período de Discussão Pública e concluída a ponderação da participação recebida, apresenta-se à apreciação do executivo municipal o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e a Proposta Final de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura e respetivo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

PERU.-----

-----Nesta conformidade, submetem-se à deliberação do órgão executivo municipal os seguintes pontos:-----

-----• Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública;-----

-----• Publicitação (meios) dos resultados da Discussão Pública; -----

-----• Submissão da Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura e respetivo PERU, para análise e aprovação, à Assembleia Municipal.-----

-----Os documentos atrás referidos, seguem em anexo a esta informação.-----

-----À consideração superior.-----

-----Anexos: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Porto de Mós e Corredoura; Relatório de Ponderação da Discussão Pública (ARU+ORU).-----

-----Usou da palavra o senhor Presidente para dizer que esta é a versão final do documento em apreço, e que depois da discussão pública, fruto de uma intervenção que foi considerada legítima houve um pequeno ajuste ao limite da ARU na Vila de Porto de Mós. Disse ainda que se trata de uma ARU+ORU sistemática, que compromete o Município para determinados investimentos e que foi definida para quinze anos, que será revisitada daqui a cinco anos e que pensa ser estruturante, até porque entronca aqui a estratégia local de habitação. Referiu depois que "há bocado não sei se respondi, mas nós temos efetivamente em curso uma estratégia local de habitação que foi recentemente aprovada pelo HIRU, iremos assinar o protocolo nos próximos dias, com a senhora Secretária de Estado da Habitação, e este protocolo prevê um investimento com algum significado, nomeadamente para o 1º Direito, de cerca de 3,6 milhões de euros, sobretudo na área da reabilitação, ou seja, vamos ser parceiros na reabilitação de imóveis, cujos proprietários não têm condições para o fazer, somos parceiros no apoio a outras pessoas que tenham condições para o fazer mas que precisem de apoio logístico e eventualmente financeiro a partir da candidatura ao PRR, e depois há a outra parte, que é a parte da reabilitação em si, da aquisição de eventuais imóveis para nós reabilitarmos e colocarmos no mercado de arrendamento, mas sobretudo para dar resposta às famílias que temos identificadas como famílias que vivem em condições indignas e que precisam urgentemente de habitação. São noventa agregados no concelho de Porto de Mós, que correspondem a duzentos e trinta e quatro indivíduos dos quais quarenta e cinco, nós temos que fazer, em substituição do Estado, esta intervenção. A ARU de Porto de Mós conclui aqui um ciclo de três ARU's, a ARU de Mira de Aire, a ARU do Juncal e a ARU de Porto de Mós e Corredoura. Quero dizer que a ARU de Porto de Mós foi criada pelo anterior executivo, em 2016, e depois foi evoluindo nos limites, foi feito o plano estratégico que não tinha associado e neste momento evoluiu para uma ORU sistemática, tal como as outras, em que nós assumimos ser parte na definição da estratégia e no cumprimento dessa mesma estratégia. Estamos a iniciar o processo para avançar com a ARU de Alqueidão da Serra e vamos, depois de concluir o processo do Plano

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Pormenor de S. Jorge, iremos também fazer uma Área de Reabilitação Urbana para o lugar de S. Jorge.”-----

-----Não havendo pedidos de intervenção, foi o ponto 9 da Ordem de Trabalhos posto a votação - **Proposta final de ARU+ORU de Porto de Mós e Corredoura e Relatório de Ponderação da Discussão Pública** – tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**.-----

-----**9. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----

-----O senhor Presidente da Câmara usou da palavra, nos seguintes termos:-----

-----“Este é um documento que antecipa, por assim dizer, as contas de 2022, é um relatório a 30 de dezembro de 2022, e diz que nestes cinco anos e uma vez mais em 2022, as contas do Município, nunca conheceram uma situação de tanta estabilidade e sobretudo estabilidade continuada e consolidada. É aquilo que temos neste momento.” Deu depois uma explicação breve acerca da execução do orçamento da despesa e da receita.-----

-----**Luis Manuel Coelho Almeida (PSD):**-----

-----“ Ouvi o senhor Presidente, descansado, porque quando fala sobre números e da forma como falou, é bom sinal ouvi-lo, porque pensa que as coisas estão no bom caminho. No entanto, os números às vezes, dão-nos uma ideia diferente de certas situações e gostava de o confrontar aqui com dois pontos. Aquilo que nos chama a atenção, são as despesas correntes. Quando vemos que as despesas correntes, com a aquisição de serviços, aumentou de um ano para o outro em um milhão e quinhentos mil euros, e tendo presente, que aquilo que fez com que estas despesas correntes aumentassem, e que ainda se mantêm, a guerra na Ucrânia, os aumentos contantes no gás, na eletricidade, nos serviços, se vier a acontecer novo aumento de um milhão e quinhentos mil euros, acha que o Município tem condições para avançar com as obras de investimento que tem previstas que sejam feitas? Depois, as despesas com o pessoal, foram setecentos mil euros, mas aí, parece que estão mais ou menos identificadas porque a questão das competências obriga a que se tenha um custo adicional com o pessoal, além do aumento do ordenado mínimo, que este ano foi um pouco superior ao normal. Depois houve aqui uma rubrica, de despesas correntes, mas que me parecem ser muito positivas, que são as transferências correntes, em que aumentaram duzentos mil euros, salvo erro, estas transferências correntes, foram para as Juntas de Freguesia. Se foram para as Juntas de Freguesia, são daquelas despesas que cabem bem, que elas continuem. Depois para terminar, queria só aqui confrontar com o mapa de pessoal, que diz que em 31 de janeiro de 2022, a Câmara tinha trezentos e catorze funcionários. Em 31 de dezembro de 2022, a Câmara tem trezentos e quarenta e nove funcionários. Ou seja, houve aqui um acréscimo de trinta e cinco funcionários. Será que isto é realmente por causa da transferência de competências? Em relação

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ao endividamento, já o senhor Presidente falou, seis milhões de euros, portanto, os 3,5 milhões de euros que o executivo vai pedir para fazer o saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua, não vão causara problemas à Câmara, porque tem muito mais para poder vir a pedir e também não vai ter dificuldades em os vir a pagar.-----

-----O senhor Presidente, passou a responder ao anterior interveniente, nos termos seguintes: “
Queria dar nota do seguinte: a tendência é cada vez mais os municípios terem menos capacidade para fazerem investimentos. Estamos a ser apertados de uma forma sistemática, nomeadamente com o aumento de despesas correntes, que depois não são compensadas por via do Fundo de Equilíbrio Financeiro. Vamos tentando gerir as coisas. Os municípios de grandes dimensões, têm nos impostos, uma resposta para quase tudo, aqueles que são municípios de média dimensão, como nós, e que querem captar população, não podemos ter a ambição de aumentar impostos e a parte social, a parte das pessoas, tem de ser priorizada, em detrimento, muitas vezes, de obras, sobretudo, de obras de fachada. Aquilo que para nós é fundamental, é termos a consciência que temos um mapeamento, que achamos que estruturante para o desenvolvimento do concelho, nos próximos sete anos e temos que o agarrar. Naturalmente que o Município, tem que estar preparado para isso e para se preparar, teve que fazer aqui um caminho, que já vem detrás, e que é o caminho da estruturação financeira para podermos ir à banca. Como sabem, os 15% da componente nacional, nem sequer contam para efeitos de endividamento, não entram aqui neste bolo, a questão dos 20% também já foi eliminada, agora não se coloca. Antigamente só nos podíamos endividar até 20%, agora se não estou em erro, passou para 40%. Para além disso, cada um destes projetos ainda podemos ir à banca fazer um financiamento sem contar para endividamento, tal como o podemos fazer no âmbito da estratégia local de habitação. É o que provavelmente teremos que fazer. O esforço orçamental, assim o irá exigir, porventura. Mas isso não é um drama, como disse, o Município está preparado para fazer face a estas questões, se entendermos todos que, estes investimentos são efetivamente estruturantes para o futuro do concelho, e nós pensamos que o são. Que não haja dúvidas de que estes milhões que aqui estão, que se tudo correr como eu espero, serão fechados dentro de poucos dias, estamos a falar efetivamente de muitos milhões de investimento para Porto de Mós, mais de vinte e cinco milhões. Vinte e cinco milhões em sete anos, é algo que poderia parecer irrealista, neste momento está a um passo da realidade e que nós pensamos poder mudar o concelho. O restante, para não afetar aquilo que são as pessoas, para não termos que aumentar impostos e para darmos continuidade a tudo aquilo que temos feito, teremos naturalmente que ir à banca. Relativamente às transferências correntes, fizemos o processo de descentralização com as Juntas de Freguesia. Uma parte que aqui está é para as Juntas de Freguesia, mas não é todo. Há aqui transferências para a Comunidade Intermunicipal, para fazer face a projetos intermunicipais nos quais temos responsabilidade, sem prejuízo de as Juntas merecerem mais dinheiro do que têm, também reconheço isso. Temos feito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

este caminho, em diálogo com as Juntas de Freguesia, espero que no próximo ano, possamos reforçar as transferências correntes, como aliás reforçámos as despesas de capital. Sobre os funcionários, nos receberemos mais trinta e três funcionários, assistentes técnicos e operacionais, no âmbito do processo de descentralização da educação e portanto, são esses que aí, estão, salvo erro estará aí mais um ou dois funcionários. Como eu disse na altura da discussão do orçamento, nós planeámos aquilo que são as reformas para este ano, estamos a antecipar contratações para que, por cada reformado que saía, já tenhamos alguém contratado a termos, para o seu lugar. Fica o lugar definitivo em aberto que há de ser preenchido no futuro. Para terminar, queria só dar nota do seguinte: esta assembleia municipal era para ter lugar amanhã, dia 24, mas por força da nossa Conferencia com o Professor Fernando Rosas, pedimos aos senhores deputados, para fazerem o favor de aceitar que esta Assembleia se realizasse hoje, e estamos muito gratos pela compreensão. Infelizmente o Professor Fernando Rosas, teve um problema de saúde, está impossibilitado de vir por recomendação médica. Comunicou-nos hoje, que estará presente para esta Conferencia no próximo dia 21 de abril, em Porto de Mós." -----

-----**MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:**-----

-----Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, a Presidente da Assembleia Municipal, prosseguiu dizendo que, **a mesa da Assembleia propõe a aprovação em minuta das deliberações constantes dos pontos 5 (5.1, 5.2, 5.3), 6, 7 e 9 da Ordem de Trabalhos**, que passou a ler. Submetida esta proposta a votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**.-----

-----A senhora Presidente da Mesa da Assembleia declarou a sessão encerrada às 23.15 horas do dia 23 de fevereiro de 2023, e para constar se lavrou a presente ata que irá assinar e que eu, Maria Fernanda Pinguicha Toureiro, Assistente Técnica, redigi e subscrevo -----

